

UNILEÃO
CENTRO UNIVERSITÁRIO DOUTOR LEÃO SAMPAIO
CURSO DE BACHARELADO EM SERVIÇO SOCIAL

RILANIO WEEFERSON DE BRITO ARAUJO

SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO EM TEMPOS DE RETROCESSO

JUAZEIRO DO NORTE

2020

RILANIO WEFERSON DE BRITO ARAUJO

SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO EM TEMPOS DE RETROCESSO

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em Serviço Social do Centro Universitário Dr. Leão Sampaio – UNILEÃO de Juazeiro do Norte – CE, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora Cecília Profa. Esp. Cecília Bezerra Leite

JUAZEIRO DO NORTE

2020

RILANIO WEFERSON DE BRITO ARAUJO

SERVIÇO SOCIAL EM TEMPOS DE RETROCESSO

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em Serviço Social do Centro Universitário Dr. Leão Sampaio – UNILEÃO de Juazeiro do Norte – CE, como exigência para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Aprovada em: 08/06/2020

BANCA EXAMINADORA

Profa. Esp. Cecília Bezerra Leite
Orientadora

Prof. Ms. Márcia de Sousa Figueiredo
1º Examinador

Prof. Ms. Cícero Reginaldo Nascimento Santos
2º Examinador

JUAZEIRO DO NORTE

2020

*“Dedico o trabalho as pessoas que lutam
pela igualdade do acesso a educação, enquanto
componente crucial para a transformação social.
De forma ampla ou por menor que seja a
sua colaboração, o apoio mútuo é um dos
elementos para a construção da sociedade, e neste
sentido, a luta é o feito por todos.”*

AGRADECIMENTOS

Minha trajetória em espaços acadêmicos começou bem antes do adentramento ao curso de Serviço Social, pela então necessidade de formação profissional. Ao longo dos quatro anos, um conjunto de experiências postas no cotidiano do ensino superior e, sobretudo por influências da própria graduação, me trouxeram novas perspectivas de ascensão e mudanças na vida pessoal. O número de desafios também fora crescente, mas não interferiu no objetivo principal, além de servirem como meios de aprendizagem.

Agradeço ao Pai Supremo pelos dons que me deu nesta existência que serviram na realização deste projeto.

Sou muito grato por meus familiares, que sempre me incentivarem e acreditaram nas capacidades que a vida me apresentou. Em especial a figura da mãe e da irmã, que sempre estiveram mais próximas.

Agradeço à minha orientadora, Cecília, por sempre estar presente ou disposta para indicar os direcionamentos do trabalho e principalmente, por interpretar minhas dificuldades e transformá-las em alternativas de evolução acadêmica e pessoal.

Retribuo a todo corpo de lecionadores que me possibilitaram oportunidades de crescimento, humanização e conhecimento.

Trago o reconhecimento ao conjunto de profissionais da Unileão, particularmente aos funcionários da administração, DTI e da limpeza por me auxiliarem em ocasiões especiais.

Agradeço conjuntamente aos profissionais do IFCE, porque são muitos que me acolheram ao longo de quase um ano. Mas em especial a grande profissional e pessoa conhecida popularmente por Claudinha, por trazer grandes ensinamentos, sejam de experiências de vida ou profissionais.

Por último, não menos importante, retribuo o meu carinho aos meus amigos (as) que sempre me ajudaram no transcorrer deste curso em momentos complicados, em especial a Rita, Jô, Rose e Ana.

RESUMO

Este Trabalho de Conclusão de Curso tem por objetivo, compreender a partir de uma revisão literária, as possibilidades de inserção do Serviço Social em unidades educacionais, em especial nos setores da Assistência Estudantil, diante do cenário de transformações societárias e ajustes neoliberais. O tipo de pesquisa utilizada para o estudo foi à pesquisa bibliográfica, de abordagem qualitativa com caráter explicativo, para analisar os fenômenos pertinentes ao tema. Em vista dos objetivos, o levantamento partiu de fontes bibliográficas constituídas por livros, artigos, monografias, periódicos científicos e legislações. A coleta de dados foi realizada através da leitura sistematizada das obras selecionadas, organizadas por eixos temáticos que traziam apontamentos desde a formação do sistema de ensino brasileiro até chegar à expansão do Serviço Social na Educação na contemporaneidade. Para análise dos resultados foi utilizado o método de observação dos fenômenos. Quanto aos resultados, foram evidenciados as principais atribuições, competências e possibilidades que os assistentes sociais possuem. Contudo, também foram expostos as principais dificuldades e desafios para inserção profissional e manutenção das políticas educacionais. Conclui-se que a instituição da profissão no cenário de retrocessos, é crucial para romper com os pontos críticos dos novos projetos apresentados para a Educação.

Palavras-chave: Serviço Social. Educação. Assistência Estudantil. Ajustes Neoliberais. Retrocessos. Desafios. Contemporaneidade. Políticas Públicas.

ABSTRACT

The purpose of this Conclusion Paper is to understand, from a literary review, the possibilities of insertion of Social Service in educational units, especially in the sectors of Student Assistance, in the face of the scenario of societal transformations and neoliberal adjustments. The type of research used for the study was the bibliographic research, of qualitative approach with explanatory character, to analyze the phenomena pertinent to the theme. In view of the objectives, the survey started from bibliographic sources consisting of books, articles, monographs, scientific journals and legislation. The data collection was carried out through the systematic reading of the selected works, organized by thematic axes that brought notes from the formation of the Brazilian education system to the expansion of Social Service in Education in the contemporaneity. To analyze the results, the method of observation of the phenomena was used. As for the results, the main attributions, competences and possibilities that social workers have were highlighted. However, the main difficulties and challenges for professional insertion and maintenance of educational policies were also exposed. It was concluded that the institution of the profession in the backward scenario is crucial to break with the critical points of the new projects presented for Education.

Keywords: Social Work. Education. Student Assistance. Neoliberal Adjustments. Retreats. Challenges. Contemporaneity. Public Policies.

LISTA DE QUADROS

QUADRO I – MARCOS LEGAIS DE INSTITUIÇÃO DA REDE DE ENSINO TÉCNICO FEDERAL.....52

QUADRO II – PROPOSTAS DE LEGISLAÇÕES E LEIS REFERENTES A INSERÇÃO PROFISSIONAL NA EDUCAÇÃO.....55

LISTAS DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABEPSS - Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social

AE - Assistência Estudantil

CF - Constituição Federal

CFESS - Conselho Federal de Serviço Social

CRESS- Conselho Regional de Serviço Social

EAD- Educação à Distância

EJA - Educação de Jovens e Adultos

ENADE- Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes

EPT- Educação Profissional e Tecnológica

FHC-Fernando Henrique Cardoso

FONAPRACE - Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis

FUNDEB - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação

IFCE- Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará

IFES- Institutos Federais de Educação Superior

IFs - Institutos Federais

INEP- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas

ONGs- Organizações Não Governamentais

OSCs- Organizações da Sociedade Civil

PDE- Plano de Desenvolvimento da Educação

PLC- Projeto de Lei da Câmara

PNAES- Programa Nacional de Assistência Estudantil

PRONATEC- Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego

PROUNI - Programa Universidade para Todos

REUNI- Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais

SINAES- Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior

UNE- União Nacional dos Estudantes

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO I: A CAMINHADA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA E A INSERÇÃO PROFISSIONAL DO SERVIÇO SOCIAL	11
1.1 EU EDUCAÇÃO, NASCI, CRESCI E TRANSFORMEI A NAÇÃO	12
1.3 O ELO ENTRE SERVIÇO SOCIAL E EDUCAÇÃO	21
CAPÍTULO II: A INSTITUIÇÃO E LEGITIMAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO	29
2.1 UMA RESPONSABILIDADE SOCIAL: DEVERES DOS ASSISTENTES SOCIAIS NA ÁREA EDUCACIONAL.....	29
2.2 DEMANDAS DO SERVIÇO SOCIAL NO MEIO EDUCACIONAL	34
CAPÍTULO III: TRANSFORMAÇÕES, INOVAÇÕES E RETROCESSOS	45
3.1 SERVIÇO SOCIAL NO CONTEXTO NEOLIBERAL: DESAFIOS E CRÍTICA .	46
3.2 QUANDO O ENSINO ALCANÇA À MODERNIDADE: EVOLUÇÃO OU RETROCESSO?.....	52
3.3 METODOLOGIA	60
CONSIDERAÇÕES FINAIS	64
REFERÊNCIAS	67

INTRODUÇÃO

O presente trabalho contextualiza a Política de Assistência Social na área educacional, observando a construção destes ao longo dos anos sobre cenários distintos, em meio às transformações societárias, o surgimento de novas legislações e demandas profissionais para a categoria Serviço social. Tal entendimento é indispensável para compreender a necessidade da inserção dos assistentes sociais em instituições de ensino espalhadas pelo Brasil, e que no contexto atual, passam por interferências oriundas dos avanços neoliberais.

Pensar o Serviço Social enquanto categoria preocupada com a defesa dos direitos sociais, com a universalização de bens e serviços, e inclusive disposta dentro das políticas e programas sociais, requer também pensar sobre os desafios cotidianos inerentes à profissão, que colocam em xeque o projeto societário, ético e político e demandam do real compromisso profissional.

A iniciativa de descrever sobre a temática resultou da experiência de estágio supervisionado I e II durante o ano de 2019, no Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE (Campus Juazeiro do Norte), como espaço que sofre fortemente com as medidas postas durante o governo atual referente à educação, interferindo no funcionar da instituição e impactando no setor da Assistência Estudantil, enquanto lugar de atuação e mobilização do Serviço Social.

Os temidos “Cortes da Educação” representam o cenário de desmonte trazido pelos ideais neoliberais amplamente difundidos principalmente a partir da década de 1990, mas que na presente conjuntura foram acentuados. Na observância da rotina de trabalho e do contexto institucional, fora notório a percepção de colisão entre as medidas oriundas do governo federal e as respostas dadas pelos setores do instituto, trazendo assim uma inquietação acerca do problema e gerando a temática em destaque: Serviço Social na Educação em Tempos de Retrocesso.

Na antologia do estudo teve-se como problema de pesquisa a hesitação: “Em meio ao contexto de reformas educacionais e avanço de medidas de cunho neoconservadoras, qual o papel do assistente social frente essas mudanças?” A partir disto, três objetivos específicos foram considerados e tramitam em torno de: compreender as relações antagônicas de inserção profissional na educação; perceber os pontos críticos dos novos projetos apresentados para a educação e por último; destacar a relevância das políticas e programas de permanência estudantil.

Quanto aos procedimentos metodológicos, o estudo possui abordagem qualitativa, utilizando-se da pesquisa bibliográfica, exploratória e documental, tomando por parte a publicação de várias publicações e livros sobre o tema. Quanto ao objetivo da pesquisa é do gênero explicativo. Não foram usados instrumentos que normalmente aparecem em trabalhos acadêmicos, como a entrevista ou pesquisa quantitativa.

Quanto à abordagem dos capítulos, respectivamente, o primeiro percorre a trajetória da educação brasileira, pontuando os principais destaques ou avanços do sistema educacional em cada fase política em ordem cronológica, além das contribuições e regressões dos governos.

O segundo capítulo trará a explanação da categoria Serviço Social no ambiente educacional, trazendo elementos constitutivos referentes à inserção, legitimação e pautas de debates sobre o setor, com base nos aparatos legislativos criados no passar dos anos.

O último capítulo destaca as tramitações em torno da instituição do Serviço Social nos espaços educacionais na contemporaneidade, abordando os desafios e possibilidades da inserção, além das dificuldades para a execução das políticas educacionais, a exemplo da Assistência Estudantil.

CAPÍTULO I: A CAMINHADA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA E A INSERÇÃO PROFISSIONAL DO SERVIÇO SOCIAL

Como ponto de partida da discussão, é eminente destacar de forma breve a construção da educação no Brasil desde a gênese até a contemporaneidade, assim como a inserção da categoria serviço social nesse âmbito. O percurso apresentado nos parágrafos abaixo demonstra o movimento de transformação do sistema educacional, evidenciando os avanços em cada década, seja por meio de planos governamentais ou pela criação de legislações específicas e, integrando uma perspectiva de direitos conquistados em meio a cenários bem particulares.

Quanto ao Serviço Social, caberá apresentar sua incorporação no meio educacional a partir do surgimento de medidas do Estado e consequente formulação de políticas públicas, que levaram ao crescimento de novos espaços de atuação e legitimação da profissão nesta área, tomando por pauta o desenvolvimento da assistência estudantil e a criação de programas educacionais.

1.1 EU EDUCAÇÃO, NASCI, CRESCI E TRANSFORMEI A NAÇÃO

O trajeto da educação no Brasil inicia-se no período colonial, compreendendo três fases que vão de 1500 a 1822: a do predomínio dos jesuítas; a das reformas de Marquês de Pombal e a chegada da Família Real Portuguesa. Durante o governo de Tomé de Souza, no denominado regime de capitanias hereditárias, o Padre Manoel da Nóbrega junto à presença de outros jesuítas deu início ao processo de catequização indígena, sendo o projeto pioneiro no âmbito educativo do país.

A medida partiu do apressamento em povoar a colônia que já rendia frutos econômicos e que poderia sofrer com uma possível invasão estrangeira. Sendo assim, era necessária a conversão dos nativos à religião cristã, contribuindo para que estes pudessem trabalhar no extrativismo e pacificando os considerados “selvagens” que atacavam os primeiros povoados. Na objetivação de formar novos catequistas, com o passar dos anos, foram criadas as Escolas de Ordenação direcionadas aos filhos de colonos brancos e mestiços.

Nesse contexto, Aranha (2006) relata sobre a chegada dos Jesuítas no Brasil vindos de Portugal e cita inclusive a formação da primeira escola em solo nacional, afirmando que:

Quando o primeiro governador-geral, Tomé de Souza, chegou ao Brasil em 1549, veio acompanhando por diversos jesuítas encabeçados por Manuel de Nóbrega. Apenas quinze dias depois, os missionários já fazem funcionar, na recém-fundada cidade de Salvador, uma escola “de ler e escrever”. (ARANHA, 2006, p. 140).

Tal estrutura foi amplamente difundida pelo país até meados dos anos de 1700, tendo como objetivo principal a catequização dos indígenas e a oferta de ensino às famílias dos colonos, se caracterizando como primeiro sistema de ensino. Cabe destacarmos aqui a real necessidade de catequização enquanto instrumento de domesticação ou escravização dos índios, num processo que marcaria os primeiros indícios de reprodução das desigualdades e formação de mão de obra para a recém-classe burguesa no território brasileiro.

O segundo grupo de jesuítas chegou ao Brasil em 1553, trazendo o mais conhecido, Padre José de Anchieta, que atuou no governo de Duarte da Costa. Poucos meses depois, o Padre Manuel da Nóbrega resolveu fundar um Colégio na Capitania de São Vicente com ajuda de Anchieta. Consequente, os dois missionários decidiram transferir a Escola para o interior e fundaram o primeiro colégio da Ordem no Brasil em 1554, no atual território da capital paulista.

Com o passar dos anos, os próprios jesuítas perceberam que o processo de ensino voltado para os índios seria de difícil desenvolvimento, pois a conversão moral, religiosa e

intelectual destes dependia primeiramente do ensino da língua portuguesa, além de outros fatores externos que contrastavam com o modo de vida europeu pregado e ensinado naquela época. Por consequência, a estratégia dos educadores da colônia muda repentinamente deixando de contemplar a instrução de adultos para a inclusão de crianças indígenas.

Já em 1570, a Ordem dos Jesuítas contava com algumas escolas de instrução elementar administrada pelos jesuítas e regulamentada por um documento denominado Plano de Estudos da Companhia de Jesus, onde concentrava sua programação com traços nítidos da cultura europeia.

Para Aranha (2005) os jesuítas atuaram não só no ensino das primeiras letras, mas abriram também os cursos secundários de Letras e Filosofia, e o curso de Teologia e Ciências Sagradas, de nível superior, para a formação de sacerdotes para a Companhia. O ensino em todas as instituições jesuíticas nessa época era gratuito e os jovens de orientação liberal educados nos colégios e que pretendiam continuar seus estudos, eram encaminhados para universidades da Europa.

Na Europa, o cenário não favorecia Portugal, pois devido à morte de Dom Henrique (Rei de Portugal), as colônias portuguesas passaram para o domínio espanhol. A crise no país impactou no desenvolvimento das atividades da Companhia de Jesus, órgão responsável pela globalização dos jesuítas que adentravam em missões catequizadoras pelas colônias, e que trouxe os jesuítas para o território brasileiro. Nesse contexto, o Marquês de Pombal adentra como Primeiro-ministro português, trazendo mudanças no quadro educacional e passando a perseguir a Companhia.

Segundo Aranha (2005) Pombal para justificar sua perseguição a Companhia, alega que, a mesma é um empecilho na conservação dos poderes econômicos e políticos. Este pensamento contemplava o plano de reformas propostas para reestruturar Portugal.

Em 1759, o Rei D. José I, determinava a expulsão da Companhia de todos os domínios portugueses, com um decreto confiscando os bens literários e incorporando ao tesouro público lusitano. O episódio marcava o fim da supremacia jesuíta que trouxe os primeiros resquícios de projeto educacional no Brasil, ainda que de forma exploratória e desigual. Para Facchini; Neves (1988, p. 37) “a implantação da religião cristã foi conseguida à custa do suor e até do sangue dos missionários. Ninguém pode negar o sacrifício, paciência, abnegação e resistência física e psicológica dos jesuítas (especialmente dos primeiros missionários)”.

Com a expulsão dos jesuítas, passamos para a segunda fase da educação no Brasil conhecida como Reforma Pombalina. O ideal do Marquês de Pombal era simplificar os estudos, encaminhando um maior número de cidadãos aos cursos superiores; além de

aprimorar a língua portuguesa e diversificar os conteúdos ministrados dentre outras medidas. Na Colônia brasileira, Pombal procurou colocar nos cargos públicos administrativos mais importantes, pessoas consideradas por ele como de primeira classe. Essa forma de Pombal organizar a política educacional contribuiu, também, para maior exploração das riquezas e, conseqüentemente aumento nos lucros da Metrópole.

Para Gonçalves (2008) os jesuítas retornam suas atividades em Portugal em 1829, no governo de D. Miguel, mas é só em 30 de agosto de 1832, que a Companhia é oficialmente restaurada. Os jesuítas voltam ao Brasil em 1845, e abrem um Colégio em Florianópolis. Retomam suas tarefas seguindo o mesmo método usado na fase inicial e seguem abrindo novos colégios e universidades.

A criação das aulas régias surge com a intenção de dar continuidade ao trabalho pedagógico interrompido com a expulsão dos jesuítas, sendo a primeira tentativa de ensino ofertado pelo Estado na história do Brasil, abrindo precedentes para a intervenção e controle de todo sistema de ensino. Em relação aos empecilhos, o projeto estaria diretamente ligado a interesses político-sociais, fazendo com que a nova modalidade atendesse apenas aos filhos da elite colonial.

Até o início do século XIX, a educação brasileira não avançou como planejado. Marquês de Pombal extinguiu o sistema jesuítico, mas não ofereceu outro projeto que pudesse dar continuidade. As práticas apenas favoreceram as classes burguesas e não incidiram numa regulação escolar, aumentando as desigualdades no quesito educacional.

Souza (2004, p. 116) nesta perspectiva diz que:

Em algumas partes do Brasil, as pessoas procuraram remediar o problema da educação. Em Pernambuco, o bispo Dom Azeredo Coutinho criou o seminário de Olinda, onde eram ensinadas ciências naturais e matemática. No Rio de Janeiro e na Bahia surgiram pequenos clubes de intelectuais. (SOUZA, 2004, p.116).

As mudanças na educação brasileira começam a surgir com a vinda da Família Real Portuguesa, em 1808. A abertura do processo de modernização e expropriação das riquezas da então colônia impactaria de alguma forma na sociedade e no conseqüente sistema de ensino, necessário inclusive para responder as demandas de produção do novo governo. São criadas as primeiras instituições de cunho artístico e literário como bibliotecas, museus, academias e a imprensa brasileira, além do incremento de algumas atividades culturais. Destacamos que havia uma demanda pela criação ou mesmo manutenção de uma elite intelectual no país, que

se tornou mais beneficiada no acesso à educação. Diante do contexto, Ribeiro (1993) destaca que:

Foram várias as propostas educacionais que visavam à inovação do ensino nos primeiros anos da República. Foram realizadas inúmeras reformas, todas com base em orientações na sua maioria positivistas, tendo como objetivo que os problemas educacionais fossem resolvidos sobre a ótica liberal, com vistas ao cenário exterior e a constante adaptação do sistema educacional brasileiro. (RIBEIRO, 1993, s/p)

D. João VI apresenta projetos para organizar a instrução primária inclusive seguindo o modelo de política educacional de Pombal que, passou a controlar o ensino por meio de sua assinatura nas provisões para abertura de escolas e nomeações de professores. Quanto ao ensino superior, pouco avançou, concluindo-se que durante o período joanino, pouco mudou em relação ao período pombalino na área da educação.

A demora em dar respostas às demandas crescentes no Brasil Império levou ao descontentamento da população frente ao Estado, desencadeando na formação da Assembleia Constituinte de 1823, enquanto primeira constituição brasileira. O ato foi dissolvido pelo imperador D. Pedro I um ano depois, representando uma derrota para os cidadãos. Em 1824, o imperador promulga a primeira constituição política do país estabelecendo um governo monárquico, hereditário, constitucional e representativo.

Quanto à área da educação, houve uma sucessiva propagação de medidas até o final do império em 1889. D. Pedro I promulga uma lei geral referente ao ensino público: o Projeto de Lei Geral de 15 de outubro de 1827, que baixava determinações sobre a criação de escolas e formação dos professores.

Com a abdicação de D. Pedro I, o Brasil passou a ser governado por Regências, proferindo o início do período regencial que durou até 1840, quando D. Pedro II é coroado como segundo Imperador. Durante este contexto, todas as decisões sobre educação foram tomadas no Rio de Janeiro e as medidas educacionais referiam-se, sobretudo ao ensino superior. O Ato Adicional de 1834 introduz algumas alterações na Constituição de 1824, descentralizando a administração pública do Império e no campo da educação, garantia o ensino primário gratuito em todas as províncias.

Num aparato geral, a educação no segundo reinado passa por uma crise e há poucos avanços, mesmo diante de muitas propostas e algumas reformas. A partir deste momento até o início da República, houve poucos avanços representando um hiato no campo educacional. Partimos então para o período do Brasil República, trazendo possíveis transformações como a criação de instituições e legislações baseadas nas constituições vigentes determinadas por cada novo governo em sequência.

Segundo Figueira (2005) proclamada à República, foi escolhido o Marechal Deodoro da Fonseca [...] para chefiar no Governo Provisório; este escolheu civis e militares de destaque no movimento republicano para compor seu ministério. Como sabemos, o período passou a ser denominado “Café com Leite” ou “República Velha”, devido à alternância de poder entre os estados de Minas Gerais e São Paulo, perdurando até a década de 1930.

Este período fora marcado por inúmeras reformas e principalmente pela inclusão da educação na pasta dos ministérios no governo de Floriano Peixoto. Na década de 1920 acontecem reformas no ensino destacando as de Lourenço Filho e Anísio Teixeira. Em 1927, Júlio Prestes sanciona uma lei que determina a criação das escolas normais, gerando um crescimento na rede pública primária. Nesta conjuntura, Ribeiro (1993) destaca:

A partir das reformas ocorridas na educação entre os anos de 1920 a 1929, tem-se como o papel da escola primária integral, o objetivo de fazer com que os alunos exercitassem hábitos de educação e raciocínio [...]. Já o ensino médio, que integrava o primário e superior, teria que desenvolver o espírito científico dos alunos com oferta de múltiplos tipos de cursos numa perspectiva nítida de ensinamentos diferenciados para públicos distintos. (RIBEIRO, 1993, s/p)

O fim da Primeira República é marcado pela tomada de poder por Getúlio Vargas, que fora derrotado nas eleições por Júlio Prestes, em 1930. O governo trouxe muitos avanços no campo da educação, devido principalmente ao objetivo de industrializar o país. A criação do Ministério da Educação e Saúde Pública é um exemplo. Em 1931, o governo provisório sanciona uma série de decretos conhecidos como Reforma Francisco Campos para organizar o ensino secundário e as universidades brasileiras. Em 1932 é publicado o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, que defendia a educação pública, obrigatória e gratuita como um dever do Estado, a ser implantada em programas de nível nacional.

Apenas na constituição de 1934, é descrito um capítulo inteiro dedicado à educação, caracterizando a definição de recursos e suas aplicações, o reconhecimento como direito de todos, a obrigatoriedade do ensino primário, do atendimento com a assistência social e da oferta de bolsas de estudos aos alunos.

Em sequência, teremos o golpe de Estado de 1937 e o alcance de Getúlio Vargas no poder dando início ao período denominado República Nova, implantando uma ditadura (Estado Novo) e uma nova constituição que trouxe a retirada do financiamento da educação. O mandato de Getúlio terminaria em 1938, mas com o golpe, permanece governando, agora como ditador até 1945. Em seguida Eurico Gaspar Dutra é eleito presidente em dezembro de 1945, e é empossado em janeiro do ano seguinte. Segundo Aranha (2005, p. 195) assim

“começa a Segunda República, também chamada de República Populista, e que se estende desde a deposição de Getúlio em 1945 até o golpe militar de 1964”.

Quando é promulgada a Constituição de 1946, há uma retomada dos princípios contidos na Constituição de 1934, destacando-se a vinculação de impostos para o financiamento da educação como direito de todos e consistindo em uma distinção entre a rede pública e privada, a gratuidade e obrigatoriedade do ensino primário.

De acordo com Niskier (1969, p. 71):

A Constituição de 1946 foi um instrumento notável de democratização do ensino, tendo sido marcada pela preocupação de servir à educação e aos ideais de liberdade [...]. Nela se inspirou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação nacional, que foi aprovada em dezembro de 1961 [...] (NISKIER, 199, p. 71).

Vargas então assume novamente a presidência, desta vez de forma democrática, num cenário de campanha populista. Segundo Figueira (2005, p. 370) “Nas eleições de 1950, Getúlio Vargas retornou ao poder, elegendo-se presidente da República pelo PTB, com 48,7% dos votos”. Toma posse em 31 de janeiro de 1951, afirmando ter voltado ao poder pelos braços do povo. No seu novo mandato, a educação é desmembrada do setor de saúde, tendo seu próprio ministério: Ministério da Educação e Cultura. O governo de Vargas foi interrompido em 1954, com a morte do presidente e seu vice, Café Filho, o continua até 1955.

Durante a sucessiva transição de mandatos de Juscelino, Jânio e Jango, não houve grandes medidas voltadas à educação. Em meio a todos esses contextos políticos foi estabelecida em 1961, pela Lei nº. 4.024 as Diretrizes de Bases da Educação Nacional que já tramitava no Congresso há alguns anos. Simultaneamente à promulgação da LDB, surge o Método de Educação Popular do professor Paulo Freire, sendo um marco no processo ensino-aprendizagem.

A LDB determina que a educação seja um direito e deve ser assegurado pelo poder público, reforçando principalmente a obrigatoriedade do ensino primário para todos, porém a criança só poderá ser matriculada a partir dos sete anos de idade. No que diz respeito ao ensino religioso determina que seja disciplina para as escolas públicas, mas, não especifica os graus; é de matrícula facultativa, e deverá ser ministrada sem despesas para os cofres públicos. Ainda determina a liberdade da iniciativa privada de atuarem em todos os níveis da educação.

Em 1962 foi criado o Conselho Federal de Educação, substituindo o então órgão administrativo denominado Conselho Nacional da Educação, em cumprimento de um estabelecimento da Lei de Diretrizes e Bases. No mesmo ano são criados o Plano Nacional da

Educação, os Conselhos Estaduais de Educação e o Programa Nacional de Alfabetização, estes dois últimos pelo Ministério da Educação e Cultura, seguindo a proposta do Método Freiriano.

Infelizmente com o episódio do Golpe Militar em 31 de março de 1964, o cenário de mudanças na educação passa por um estagnamento. O então Método de Paulo Freire é substituído pelo Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), a partir da Lei 5.360 em 1967. A ascensão da Ditadura trouxe um cenário de transformações bruscas não favoráveis ao desenvolvimento escolar-acadêmico. Instituições de ensino, servidores da educação e movimentos estudantis passaram a ser perseguidos vigiados, ou controlados segundo as normas ditadas pelo regime. Houve a demissão do corpo docente de algumas universidades, bem como a invasão destas. Professores e estudantes foram presos e vários deles mortos em confrontos policiais ou por meio de sequestros regidos pelo governo opressor da época.

Nesse contexto, podemos destacar a fala de Aranha (2005, p. 212) em respeito do tratamento da educação no regime militar, comentando que: “Em fevereiro de 1969, mas uma vez foi atacado o setor de ensino, pelo “Decreto-lei nº. 477 que proibia aos professores, alunos e funcionários das escolas toda e qualquer manifestação de caráter político”.

No mesmo ano, o governo aprova a Emenda Constitucional nº. 1. Para o setor educacional mantém a gratuidade e obrigatoriedade do ensino para crianças e jovens de até quatorze anos de idade no ensino primário em instituições oficiais, abrindo a possibilidade de cobrar pelo ensino médio ou retirar a gratuidade por bolsas de estudo restituíveis.

Já em 1971, é promulgada a Lei 5.692 por determinação do presidente-general Médici para fazer a reforma do ensino fundamental e médio, que fixou as diretrizes para o ensino de 1º e 2º graus. Entre outras determinações a Lei ampliou a obrigatoriedade escolar de quatro para oito anos, juntou o antigo primário com o ginásial, acabou com o exame de admissão e criou a escola única profissionalizante. Determinou que o ensino de 1º e 2º graus fosse ministrado obrigatoriamente em português. Pela Lei os cursos de 2.º graus em todo o país passaram a ser profissionalizantes.

Um ponto importante a destacar nesta conjuntura foi o projeto de Reforma Universitária disposto na escritura de duas legislações lançadas entre os anos de 1968 a 1971. O debate em torno de uma reforma nas universidades surgiu ainda no início da década de 1960, e se concretizou no governo de Emílio Garrastazu Médici em 1969. Nas palavras de Saviani (2006, p. 69):

Pela via autoritária, a Reforma Universitária foi aprovada sem a participação da sociedade civil. Os objetivos do grupo de trabalho da reforma eram “[...] garantir a ‘eficiência, modernização e flexibilidade administrativa’ da universidade brasileira,

tendo em vista a ‘formação de recursos humanos de alto nível para o desenvolvimento do país’. (SAVIANI, 200, p. 69)

Enquanto prioridade dos governos militares, devido ao processo de desenvolvimento econômico idealizado no Brasil neste período, pode dizer que a reforma universitária resultou em um aumento significativo nas vagas e números de instituições de ensinos superiores. Também trouxe mudanças para os níveis educacionais, dividindo em 1º e 2º graus, além da habilitação profissional para concludentes do ensino médio; a extensão do ensino obrigatório de quatro para oito anos com a incorporação do antigo primário ao ginásial; a transformação de todo o ensino médio, agora reduzido para três ou quatro anos, em profissionalizante; e mudanças conteúdo programático.

A década de 1980 foi marcada por fortes mudanças no campo educacional, onde o país cercara por uma crise de Estado e a população iniciava as lutas para retomada do estado de direito. É nesse contexto que surgem as discussões no setor educacional e que culminará no processo de redemocratização, trazendo transformações referentes à constituição e a LDB. Nesta transição, o florescimento de instituições de ensino e pesquisa desempenhou papel importante no enfrentamento da ditadura militar, reunindo pesquisadores de todo o Brasil e sendo fundamentais no processo de socialização do ensino e da consolidação da pesquisa.

No final da década acima, no contexto da Assembleia Nacional Constituinte, após intenso processo de discussão e organização dos segmentos da sociedade política e civil, o Brasil promulgou a sua nova Constituição (1988), denominada de “Constituição Cidadã”. O novo documento define em seu artigo 208 que o dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia do ensino fundamental obrigatório e gratuito, considerando-o direito público subjetivo.

Consumada a Constituição de 1988, restava-se segundo Aranha (2005, p. 224): “elaborar uma lei complementar para tratar das diretrizes e bases da educação nacional”. Pois, é bom lembrar que com a promulgação da Constituição, as LDBs anteriores foram consideradas obsoletas.

Nos governos seguintes, de Fernando Collor de Melo e em sequência, Itamar Franco trouxe respectivamente de alternativas: o Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania e os CIACs (Centros Integrais de Atenção à Criança); o Plano Decenal “Educação para todos”; e o fechamento do Conselho Federal de Educação revertido na criação do Conselho Nacional de Educação.

Na gestão de Fernando Henrique Cardoso, a frente de atuação do governo federal prosseguiu a implementação da política educacional referente ao ensino fundamental; realizou

a separação entre ensino médio e ensino técnico-profissional; desenvolveu a montagem do sistema nacional de avaliação que transformou o INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas) em Autarquia Federal; e por último, a aprovação da Lei nº 10.172 de instauração do Plano Nacional da Educação.

Na próxima era da educação brasileira, a partir de 2003 no governo de Lula, uma série de medidas, legislações, dispositivos legais, planos e programas federais trazem mudanças estruturais no sistema antes não visto em gestões passadas, repercutindo em avanços no campo educacional. No primeiro mandato, houve a criação do SINAES (Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior); ENADE (Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes); e o PROUNI (Programa Universidade para Todos). A regulação e implantação destes se deram sob decretos entre os anos de 2005 e 2006.

Por meio desses dispositivos legais foi criado o FUNDEB (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação) passando a incluir o ensino fundamental, a educação infantil (creches e pré-escolas), o ensino médio e o EJA (educação de Jovens e Adultos); abrangendo os meios urbano e rural e as modalidades de educação especial, indígena e quilombola, e profissional integrada ao ensino médio.

No segundo mandato, o Governo Lula instituiu o PDE (Plano de Desenvolvimento da Educação) por meio de um conjunto de decretos produzidos em 2007, tendo como destaque o Decreto nº 6.094, que dispôs sobre o “Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação”. Também foram editados os decretos sobre a reorganização do Programa Brasil Alfabetizado; sobre o processo de integração dos IFs (Instituições Federais) e da Rede de Educação Federal; a instituição oficial do PROUNI; a instituição do piso salarial profissional para os profissionais do magistério público da educação básica; e a regulamentação do estágio para estudantes.

O Governo Dilma deu continuidade à política educacional do Governo Lula efetuando alterações pontuais em aspectos da LDB. Podemos citar as emendas que ampliaram a educação obrigatória para a faixa etária dos quatro aos 17 anos e a criação do PRONATEC (Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego). Para tanto se propôs a expandir a oferta de cursos de Educação Profissional e Tecnológica (EPT) prevendo uma série de subprogramas, projetos e ações de assistência técnica e financeira. Além disso, previu-se a expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica com novos campi em todos os estados brasileiros.

Sobre os atuais governos de Michel Temer e em sequência, Jair Bolsonaro, caberá destacá-los em outra parte específica do trabalho referente aos processos educacionais na contemporaneidade, trazendo um debate sobre as características da estrutura e do projeto educacional postos nestas gestões, apontando traços dos ideais neoliberais.

1.3 O ELO ENTRE SERVIÇO SOCIAL E EDUCAÇÃO

Trazer a narrativa do Serviço Social adentro da educação enquanto política pública requer observar a congruência de fatores que levaram a esta inserção, bem como apontar os elementos constitutivos da categoria. A titulação: elo entre profissão e setor da educação deverá destacar a união entre esferas tão distintas, mas complementares, quando se trata do trabalho desenvolvido pelos assistentes sociais em escolas e universidades públicas e privadas, ou em programas de desenvolvimento socioeducacional. Primeiramente é fundamental descrever o caminho percorrido da profissão no Brasil, no sentido de correlacionar com as transformações do campo da educação.

Os primeiros vestígios de atividades do Serviço Social na educação remota do ano de 1906, nos Estados Unidos. Os assistentes sociais eram designados para trabalhar nos Centros Sociais realizando visitas com o objetivo de, constatar o não envio dos filhos para a escola, além de verificar a evasão escolar e o baixo rendimento de algumas crianças no espaço escolar. Já na América Latina, o surgimento da atuação neste campo estava ligado à criação das primeiras escolas de Serviço Social, a exemplo do Chile e Peru.

No contexto do Brasil, havia uma intensa desigualdade no que se refere ao campo educacional, que não conseguira avançar até o início do século XX. A taxa de analfabetismo alta, a falta de investimentos como construções de escolas e capacitação de professores, somado a ausente presença de uma legislação de caráter democrático-universal, traduziam a situação do setor naquela época. Acontecia nesta fase uma forte repressão do governo aos movimentos de trabalhadores, mas por outro lado, as manifestações terminaram em pressionar o governo a buscar por melhorias na educação básica.

A emergência do serviço social na educação está ligada diretamente a própria gênese da profissão no país, em uma conjuntura no qual a sociedade e o governo demandavam de meios de intervenção para atender as problemáticas político-sociais crescentes. O Estado de certa forma passou a assumir o trato das expressões da questão social, que emergiam no processo de industrialização do Brasil a partir da década de 1930.

A política social daquele regime pertencia a uma dualidade contraditória de atendimento de interesses das classes burguesas e das camadas populares. Em suma, a profissão surge da estratégia de governo para dar respostas à questão social, e ao mesmo tempo, legitimar suas ações coercitivas e moralizantes, na objetivação de apaziguar conflitos sociais e dar condições para a reprodução do sistema capitalista presente. Logo, os primeiros trabalhos assistenciais na educação pertenciam a instituições privadas ou públicas direcionadas a construção coletiva do operariado, assumindo um caráter educativo e conservador.

Diante desta perspectiva, podemos destacar a fala de Iamamoto, exemplificando os trabalhos iniciais dos assistentes sociais quando cita:

A inserção no Juízo de Menores, no Serviço de Assistência ao Menor, nos centros familiares, nas empresas, através de serviços exteriores à unidade de produção, deixa claro o perfil de atendimento aos sujeitos desajustados [...], apontando a marca ideológica dessa metodologia que envolvia a atuação com visitas domiciliares, ação educacional (formação moral, higiene etc) e contato com os movimentos de aperfeiçoamento profissional. (IAMAMOTO, 1995, s/p)

Percebemos que no início, o desenvolvimento de atividades voltadas ao acompanhamento do sistema educacional, possuíam vertentes tradicionais ligadas à personalidade humana, para incidir diretamente no comportamento dos usuários.

Quanto ao campo da pesquisa, algumas produções científicas relacionadas à análise da Educação e Serviço Social começaram a ser construídas na década de 1930, em meio à criação das primeiras turmas no país. Um exemplo é a obra: “Serviço Social, infância e juventude desvalidas” (1939) escrita pela assistente social Maria Esolina Pinheiro, que abordava técnicas da profissão em diferentes áreas de atuação, inclusive no campo escolar. Dentro do tema, o Serviço Social aparece como um espaço de “ação social”, em que devia se prestar subsídios de informações sobre a vida dos alunos. (PINHEIRO, 1985, p. 43)

Outra referência é o trabalho denominado “Serviço Social Escolar”, lançado tempos depois em 1945 por Maria Tereza Guilherme, e publicado pela Imprensa Oficial do Estado de São Paulo. No texto é identificada a unidade família, Igreja e Estado. A autora destaca como atribuição do Serviço Social no espaço da escola, “curar e prevenir desajustamentos, contribuir com eficiência em todos os setores escolares para o desenvolvimento harmonioso e integral da criança, [através de] métodos adequados” (1945, p. 79).

Quanto às ações propriamente ditas no âmbito escolar, a autora Amaro (2011), ao pontuar sobre o processo de institucionalização do Serviço Social ressalta que “O mais antigo

registro de que temos conhecimento do Serviço Social educacional remete ao estado do Rio Grande do Sul, quando foi implantado como serviço de assistência escolar na antiga Secretaria de Educação e Cultura, em 25 de março de 1946, por meio do Decreto n. 1.394”.

Os assistentes sociais eram chamados para “intervir em situações escolares consideradas desvio, defeito ou anormalidade social” (AMARO, 2011, p. 19). Outro exemplo de atividades na área foi à inserção dos profissionais no estado de Pernambuco, com objetivos semelhantes à primeira experiência. Um trabalho voltado para resolver questões como evasão escolar, dificuldades de aprendizagem dentre outros casos recorrentes do convívio na escola.

Entre as décadas de 1950 a 1960, o sistema capitalista caminha para a efetivação de políticas públicas baseadas no pensamento desenvolvimentista, trazendo o modelo de Educação Popular, a exemplo da pedagogia de Paulo Freire e o Movimento de Educação de Base. Os movimentos adentraram no meio rural das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, levando suporte sócio pedagógico para localidades e municípios considerados pobres. Dentre vários projetos e programas educacionais, os assistentes sociais trabalhavam nas equipes de atuação junto à população, utilizando técnicas do denominado Serviço Social de Causa, Grupo ou Comunidade.

Rosa Trindade (1991) aponta que sob as influências da Psicologia e da Psicanálise, o Serviço Social de grupos passa a ser utilizado de forma geral para a solução de problemas pessoais de relacionamento e socialização. O objetivo seria proporcionar o desenvolvimento social dos indivíduos para se adequarem as normas e valores morais da época. Tal pensamento fazia parte do planejamento de ações de desenvolvimento político, econômico e social implantados pelo governo.

Nesta conjuntura, no ano de 1968, os pesquisadores Vinter e Sarri lançam uma produção científica comentando sobre o Serviço Social e a Educação. Na obra “*Fallas de Desenvolvimiento en la escuela publica: un enfoque de servicio social de grupo*” discorreram sobre problemáticas referentes à evasão escolar e outros fatores que desencadeavam no baixo rendimento ou em dificuldades de aprendizagem dos estudantes. Esse estudo aponta que a má conduta dos alunos, interferindo nas aulas e na disciplina escolar, eram questões voltadas para o Serviço Social.

Neste mesmo contexto, o Serviço Social encaminha-se para o processo de ruptura, levantando a bandeira da “Reconceituação”, enquanto fenômeno que traria novas transformações para a categoria, em diversas perspectivas ligadas a trabalho, pesquisa, formação e legislação, e inclusive questionando os métodos e práticas realizados até então no

campo profissional. O processo se deu principalmente pela aproximação com alguns movimentos sociais e perspectivas críticas-teóricas.

Durante os quatro importantes seminários da categoria profissional que aconteceram entre as décadas de 1960 a 1980: Araxá, Teresópolis, Sumaré e Alto da Boa Vista; foram debatidos alguns pontos sobre a educação. Destaca-se a obra do autor Ander-Egg, publicada em 1974 entre os dois primeiros eventos, intitulada “*El trabajo social como acción liberadora*”. Nela, o autor trata sobre vários campos de atividade incluindo o setor educacional, nos quais os assistentes sociais poderiam exercer atividades que visassem o fortalecimento de vínculos entre escola-família ou desenvolver um trabalho articulado com outros profissionais que atuavam no espaço.

Os seminários foram intensos para a busca de reflexões inscritas no processo de renovação do Serviço Social no Brasil, mesmo que os eventos iniciais trouxessem traços conservadores, em um via estrutural-funcionalista. Já os últimos, trouxeram questionamentos para a categoria profissional quanto aos modelos com aspectos de práticas anteriores, pautadas no pensamento positivista, fenomenológico, religioso e conservador.

O esforço maior naquele período, segundo Netto era no sentido de: “adequar o Serviço Social enquanto instrumento de intervenção inserida no arsenal de técnicas sociais a ser operacionalizado no marco de estratégias de desenvolvimento capitalista, às exigências postas pelos processos sociopolíticos emergentes no pós-64” (NETTO, 1996, p. 154).

Significava ajustar a profissão a um projeto profissional de contrapartida ao projeto modernizador proposto, reconhecendo as limitações das práticas antigas e formulando novas práticas de atendimento, para assim responder as demandas emergentes, num caráter societário e libertador.

Na transição das décadas de 1970 para 1980, o Serviço Social começa a analisar temáticas consideradas fundamentais para a compreensão da realidade tais como, as refrações da questão social e o papel das lutas de classe. Também passa a embasar-se em tendências teórico-metodológicas difundidas por Karl Marx. O deslocamento se deu pela aproximação com as universidades, com as ciências sociais, movimentos sociais e estudantis, no período do fim da ditadura para o início do processo de redemocratização.

Partindo do mesmo pensamento, Netto ressalta que:

“[...] mediante o enfraquecimento do regime” militar na segunda metade da década de 1970, há a ascensão do marxismo acadêmico, sendo que na década de 1980 a perspectiva de intenção de ruptura aproxima-se da universidade, espaço que se apresentava como menos adverso que os outros para apostas de rompimento (NETTO, 1996, p. 250).

Cabe lembrar que durante o auge da Ditadura, especificamente na década de 1970 com governos bastante opressores, o Movimento de Renovação sofreu um hiato, e diante da perspectiva de modernização conservadora, houve um retrocesso do ideário e do planejamento das próprias ações da categoria, resultando em perdas teóricas e práticas.

Aos primeiros sinais do processo de redemocratização, o Serviço Social brasileiro, por um conjunto de situações, se fortalece devido principalmente aos seguintes fatores: a inquietação da própria categoria profissional quanto às teorias; a abertura à pesquisa; a ascensão do marxismo acadêmico; dentre outros aspectos. O momento agora seria de rever o desenvolvimento da profissão ao longo dos anos, priorizando e questionando a estrutura socioeconômica vigente enquanto definidora da Questão Social. Os Assistentes Sociais voltaram-se para abordagens coletivas que procuraram mobilizar a população, promovendo discussões e debates sobre a conjuntura vivida naquela época. Assembleias, comissões e grupos de trabalho foram construídos para conscientizar os cidadãos sobre a situação política, bem como a participação em manifestações de diversos segmentos.

Voltando para a temática da Educação e Serviço Social, pontua-se que a partir da década de 1980, ambos perpassavam por um processo de transformação, devido às pressões e debates que incidiram na nova Constituição de 1988 e a retomada destas pautas. Na Carta Magna, os dois campos fazem parte do Título VIII, denominado “Da ordem social”, tendo por base o primado do trabalho e como objetivo o bem-estar e a justiça social.

A partir desse documento, a Assistência Social passa a ser parte integrante da Seguridade Social, juntamente com a Saúde e a Previdência formando o “Tripé da Seguridade”, sendo prestada a quem dela necessitar. No tangente à Educação, a CF de 1988 afirma como direito de todos e dever do Estado e da família (art. 205), elencando os princípios do ensino (art. 206), entre outras disposições legais. (Brasil, 1988). A pauta da educação é inserida no corpo das políticas sociais sob a responsabilidade do Estado, enquanto conquista da classe trabalhadora.

Esta constituição também estabelece o Plano Nacional de Educação (PNE), que tem por objetivo: “articular o sistema nacional de educação em regime de colaboração e definir diretrizes, objetivos, metas e estratégias de implementação [...]” (BRASIL, 2012, p.57). Segundo o mesmo, o Plano deve levar a educação do Brasil ao combate ao analfabetismo, a uma educação universalizada, ao ensino de qualidade, com qualificação para o trabalho, além da promoção humanística, científica e tecnológica do país e instituir metas para utilização dos recursos públicos em educação (BRASIL, 2012).

É neste contexto de consolidações de direitos, que o Serviço Social dialoga pela primeira vez com a educação no formato de Política Pública. Através da oficialização do reformulado Projeto Ético Político da profissão, em 1993, aliado a própria dimensão político-crítica, que a categoria se posiciona a favor da equidade social e da liberdade dos indivíduos.

Podemos salientar que mesmo diante da Constituição Cidadã, assim denominada, o Brasil enfrentava grandes problemas na área social, sobretudo no campo da educação, nos serviços de saúde e saneamento básico. Havia uma estabilidade financeira que acirrava pontos como as desigualdades e o desemprego, e que de qualquer forma, impactavam no planejamento de políticas públicas. O florescimento do ideário neoliberal nos anos 90 também contribuía nesse sentido.

Na década de 1990 os assistentes sociais iniciaram discussões e mobilizações sobre sua inserção em contextos educacionais. A temática levou a outra peça chave: a normatização e introdução do Serviço Social nas instituições públicas de ensino, que anos mais tarde, tornara-se o principal espaço de atuação na área. Logo, a inserção do Serviço Social na educação brasileira ocorreu primeiramente nas unidades de ensino privada ou filantrópicas e posteriormente na educação pública.

Santos (2012) destaca que: “a iniciativa de inserção do Serviço Social na educação pública ocorreu a partir do surgimento de leis municipais e estaduais, que legitimam a necessidade de inserção destes profissionais na educação, frente a novas realidades postas por este campo específico de atuação”.

No ano de 2001 foi realizado o 30º Encontro Nacional do Conselho Federal e Conselho Regional de Serviço Social (Conjunto CFESS/CRESS) que compôs o primeiro grupo de estudos sobre o Serviço Social na Educação. Este resultou em um relatório específico, realizado através de uma pesquisa nacional junto aos assistentes sociais na área de educação, sobre a atuação e inserção destes neste campo específico de atuação (ROSSA, 2011).

O documento produzido a partir deste relatório intitulava-se “Subsídios para o debate sobre Serviço Social na educação” com o objetivo de contribuir com o processo de discussão sobre a atuação e inserção dos assistentes sociais na educação. Este mesmo trabalho também incluía o parecer jurídico da assistente social Andréa Pequeno, que analisa a implantação do Serviço Social nas escolas, nos níveis de ensino fundamental e médio, bem como o acesso e a permanência nas escolas.

A série de questionamentos deu origem à elaboração de projetos de lei em diferentes municípios e estados, com a finalidade de instituir o Serviço Social na rede pública de ensino.

Estas ações distintas estimularam a elaboração do Projeto de Lei Nº 60 de 2007, além da Proposta de Emenda a Constituição Nº 13 de 2007 e do Projeto de Lei Nº 3.466 de 2012, que tramitam respectivamente no Senado Federal e na Câmara dos Deputados.

Dentro deste contexto, durante o 31º e 32º Encontro Nacional da Categoria, foi discutida a necessidade de mapear trabalhos sobre a inserção do assistente social na educação em âmbito nacional, além do acompanhamento dos projetos de lei e das legislações já existentes no país. Nos 33º e 34º Encontros, ocorreu a indicação da construção de parâmetros nacionais, além da necessidade de organização de uma comissão de trabalho, que não chegou a ser efetivado. No 35º Encontro Nacional ficou definida a seguinte proposta: construir um Grupo de Trabalho composto por representantes das cinco regiões e quatro representantes do CFESS (Conselho Federal de Serviço Social), permanecendo até a realização de outro evento.

Segundo o CFESS (2011, P. 7):

No período de 2008 a 2011, o Grupo de Trabalho do Serviço Social na Educação “[...] sistematizou um quadro nacional referente aos estados e municípios que possuem legislações a cerca da implementação do Serviço Social na Educação [...]”, bem como dos projetos de leis que tramitavam no legislativo municipal, estadual e nacional. (CFESS, 2011, p. 07).

Em 2009, o Conjunto CFESS/CRESS publicou apoio a PLC 60/07, que dispõe sobre a prestação de serviços do Serviço Social e da Psicologia nas escolas de educação básica, solicitando a aprovação do referido projeto de lei. O documento destacava a importância destes profissionais na composição do quadro educacional.

Segundo a justificativa do Conselho, o trabalho do Serviço Social compoendo uma equipe multidisciplinar proporcionará um atendimento integral das ações aos sujeitos inclusos nos processos de ensino-aprendizagem em toda a sua problemática, e que na atualidade urge mais atenção em uma perspectiva de totalidade (CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL, 2009).

Atualmente, mas precisamente no ano de 2019, foi promulgada a Lei 13.935/2019 pelo então presidente Jair Messias Bolsonaro, que garante a presença de profissionais do Serviço Social e da Psicologia na rede de ensino público. No texto é descrito que:

Redes públicas de educação básica contarão com serviços de psicologia e de serviço social para “atender às necessidades e prioridades definidas pelas políticas de educação, por meio de equipes multiprofissionais”, que deverão desenvolver ações para a melhoria da qualidade do processo de ensino-aprendizagem. (CFESS, 2019, s/p)

A promulgação da lei derivou de um longo processo de tentativas e contará ainda com algumas dificuldades de execução, devido a diversos fatores que serão expostos ao final deste trabalho. Este fato está diretamente ligado às implicações do sistema capitalista e do reajuste neoliberal que comprometem o fazer profissional.

Sabemos que a categoria Serviço Social se encontra na divisão sócio técnica do trabalho, enquanto atividade dependente da venda de suas forças laborais e inserida no processo de relações de classe, diante de um sistema do capital contraditório, alienante e escravizador. Por isso, compreender a inserção dos assistentes sociais em qualquer espaço ou campo requer analisar as relações antagônicas postas para a profissão.

As condições propícias à profissionalização do Serviço Social foram criadas a partir da intervenção do Estado capitalista nos processos de regulação e reprodução social, por meio das políticas públicas. Logo, as políticas sociais surgem enquanto respostas do sistema para as problemáticas crescentes, que numa linguagem técnica denominam-se “Expressões da Questão Social”.

Na gênese do serviço social brasileiro, vimos que o contexto de guerras, industrialização, migrações, intenso processo de urbanização e crescimento das classes sociais urbanas, especialmente do operariado, vão exigir respostas do Estado às necessidades das classes trabalhadoras. Quanto à educação, não se tornara diferente, tendo em vista a carência educacional do país no início de sua formação estrutural.

É nesse processo que um conjunto de instituições sociais são criadas, e consequentes espaços ocupacionais para a atuação, fazendo o Serviço Social emergir como profissão. A partir da estruturação destes espaços, determinados pela dinâmica contraditória que emerge do sistema estatal, é que as sequelas, demandas ou problemas sociais são transformados em objeto de intervenção continuada, seja por parte do Estado, ou mesmo pelo Serviço Social.

Instaura-se então um lugar específico para a profissão, por meio da constituição de um mercado de trabalho que passa a requisitar de indivíduos habilitados para a formulação e implantação das políticas sociais, entre os quais o assistente social. Estes trabalharão justamente com os segmentos mais vulneráveis e que buscam nos serviços, políticas, programas e projetos respostas às suas necessidades mais imediatas, configurando-se o principal antagonismo desta atividade.

De um lado, a categoria deverá atender as demandas e interesses político-econômicos de seu principal empregador: o governo. De outro, precisa dar soluções construtivas e libertadoras para os usuários envolvidos. No tratar da Educação, a profissão também se

comporta neste contexto de dualidade, e está sujeita as transformações societárias que impõem limites e desafios à profissão.

A inserção dos assistentes sociais nas escolas públicas, federais, municipais, técnicas, profissionalizantes e integrais dependem desta perspectiva de atuação, que mesmo sobre o bojo das relações dissemelhantes, consegue trazer alternativas de inclusão e transformação social para os estudantes, observando os conflitos escolares e propondo o desenvolvimento pedagógico e humano.

CAPÍTULO II: A INSTITUIÇÃO E LEGITIMAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO

Vimos no capítulo anterior à dimensão histórica da educação no Brasil, bem como a formação da categoria Serviço Social no mesmo campo. Percebe-se que a construção do sistema de ensino brasileiro partiu primeiramente de medidas voltadas para o controle da população frente ao Estado e ampliação da mão de obra, em destinação ao mercado de trabalho. Com o passar dos anos a educação ganhou perspectivas de desenvolvimento social, sobre o amparo de reformas e legislações decorrentes das transformações societárias, até chegar à estrutura de ensino considerada adequada.

Neste contexto, o Serviço Social inseriu-se desde a gênese da profissão para mais tarde, diante da criação de políticas públicas, ganhar novos espaços de atuação e legitimação das suas práticas. Fatores como a necessidade do trato das problemáticas referentes ao ensino levaram ao provimento de ações ligadas a assistência social nas escolas e instituições escolares, para desenvolver atividades de cunho sócio pedagógico e atender as demandas dos estudantes e de seus familiares.

2.1 UMA RESPONSABILIDADE SOCIAL: DEVERES DOS ASSISTENTES SOCIAIS NA ÁREA EDUCACIONAL

Tratar da instituição dos assistentes sociais na educação e do reconhecimento destes nos espaços educacionais, intenta compreender quais são os seus deveres frente à atuação, tendo em vista a amplitude de funções destinadas aos profissionais. Debater também a colocação nestes lugares tenciona analisar os pontos críticos das intervenções federais na educação e as ações ocupacionais sobre tutela da gestão administrativa pública, enquanto principal meio empregador da categoria.

Como descrito anteriormente, a política de educação desenvolvida nos espaços de ensino constitui-se um direito social, concebido na Constituição Federal de 1988 e regulamentado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB N° 9.394 de 1996.

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1988, p. 124).

Nesse ponto como descrito na lei, da mesma forma que o Estado tem a obrigação e o dever de garantir a educação enquanto direito e instrumento de desenvolvimento social, a população deve também colaborar para a composição desta.

Nesta área, as competências e atribuições do assistente social passaram a ser orientadas pela Lei de Regulamentação da Profissão (8.662/93), pelo Código de Ética Profissional (1993) e pelas Diretrizes Curriculares da ABEPSS (1996), por serem instrumentos que estabelecem princípios norteadores das ações sócio assistenciais.

No ponto de vista de Iamamoto (2014) a definição de Competência se refere:

A capacidade para apreciar ou dar resolutividade a determinado assunto, não sendo exclusivas de uma única especialidade profissional, mas a ela concernentes em função da capacitação dos sujeitos profissionais e atribuições se referem às funções privativas do/a assistente social, isto é, suas prerrogativas exclusivas (IAMAMOTO, 2014, p. 25 e 26).

Assim, entende-se que cabem aos profissionais do Serviço Social dar respostas complexas e compatíveis com as demandas postas no cotidiano de trabalho. Já no tratar da categoria, existe uma série de funções únicas desempenhadas pelos mesmos que validam suas práticas e os diferenciam de outras ocupações presentes.

Quanto ao Código de Ética Profissional, podemos destacar os princípios fundamentais que devem nortear a atuação como: o reconhecimento da liberdade como valor ético central; a defesa intransigente dos direitos humanos e a ampliação e consolidação da cidadania, dentre outros. Sobre as funções, competem: elaborar, implementar e executar políticas sociais; avaliar os planos, programas e projetos; encaminhar providências e prestar orientação social a indivíduos de diferentes classes sociais. (BRASIL, 2012)

Dessa forma, a incorporação do Serviço Social para fortalecer a gestão da escola, pode ser considerada uma forma de garantia de direitos. O assistente social trabalha na defesa e garantia de direitos sociais onde sua ação tem como objetivos a promoção e o exercício da cidadania, colaborando para efetivação da autonomia e da emancipação dos indivíduos.

O projeto ético-político estabelece a necessidade do compromisso com as competências profissionais e inclui ainda as responsabilidades para com a qualidade dos serviços prestados à população, tendo como premissa a luta pela democratização e universalização destes. Essa série de regulações estabeleceram as normas referentes ao exercício da profissão em qualquer espaço, inclusive trazendo aplicações no âmbito das instituições de ensino.

Em consonância com os princípios ético-políticos e a partir de suas competências teórico-metodológicas e operativas, o assistente social pode direcionar suas atividades para a garantia da gestão democrática, levando a ampliação da educação pública enquanto um direito social que deve ser efetivado pelo Estado. Neste sentido Lessa (2013) destaca que isso significa “pensar a educação segundo os fundamentos do projeto ético-político que orienta nossa profissão: a justiça, o direito, a igualdade, a não discriminação, o respeito à pluralidade, o diálogo intelectual com outras categorias” (LESSA, 2013, p.125).

Conforme a lei, o assistente social pode utilizar de suas atribuições e fundamentos dispostos no projeto de classe que a profissão preconiza, para garantir a efetivação da educação enquanto direito, através de práticas plurais e universais. Alguns pontos presentes na constituição inclusive entram em consonância com o ideário profissional.

Já a Lei de Regulamentação da Profissão juntamente com o Código de Ética se constituem instrumentos legais que assumem para além de funções jurídicas, uma extensão política que norteia a defesa da profissão, bem como a qualidade dos serviços prestados a população, além do compromisso com a classe trabalhadora no sentido de construção de uma nova ordem societária (CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL, 2020).

É importante enfatizar que o Código de Ética não elenca as atribuições específicas para o trato do Serviço Social na educação, mais indica por meio dos princípios fundamentais, o compromisso sobre a relação de direitos e deveres que devem ser prestados, além das suas relações profissionais com os usuários, instituições e outras categorias.

Quanto à compreensão das legislações, primeiramente podemos destacar a Constituição Federal de 1988 enquanto marco principal quando descreve em suas linhas, o acesso à educação como um direito social voltado para todos, incumbindo deveres do Estado quanto à estruturação e destinação de recursos, e da família enquanto primeira instituição de ensino. A partir deste documento, a Assistência acabou em assumir novas proporções após o adentramento pelo âmbito da Seguridade Social.

Cabe lembrar que a Assistência fora reconhecida enquanto política pública, integrando junto aos setores da previdência e da saúde, um sistema de proteção social, como descrito no

art. 6º que dispõe sobre direitos sociais: “Art. 194. A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade destinado a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social”. (BRASIL, 1988, p.118).

Para que a educação no Brasil chegasse a um nível maior de qualidade e abrangência de serviços, fez-se necessário criar outros mecanismos demandando, por exemplo, da inserção do Serviço Social no sistema de ensino, já debatido pela própria categoria há alguns anos. A relocação possibilitava novos meios de intervenção e crescimento do campo de trabalho, mas também exigira uma série de missões para a profissão, devendo esta estabelecer princípios de atuação em congruência com os valores constitucionais.

Segundo Santos (2013), é a partir da aprovação da vigente LDB, que presenciamos uma crescente inserção dos assistentes sociais nas escolas públicas municipais, considerando que anteriormente a aprovação da referida, os profissionais de Serviço Social já atuavam em demais realidades escolares.

Em consequência, a validação da seguinte lei trouxe abertura do mercado de trabalho para os profissionais, somando as existentes formas de atuação já desenvolvidas em ambientes escolares. Em sua maioria, as ocupações de cargos na assistência escolar compreendiam a esfera pública, perdurando o cenário até o presente momento, e confirmando que boa parte destes profissionais ocupariam cargos no setor público.

Esses postos de trabalho e a forma de como eram desenvolvidos tinha referências à aproximação da família ao contexto escolar, no objetivo de melhor compreender os fatores culturais, sociais e econômicos que determinavam as problemáticas emergentes no campo educacional. Logo, caberia planejar métodos de prevenção, sendo um dos deveres principais.

Segundo Amaro (1997), a partir da década de 1990, os assistentes sociais passaram a integrar as chamadas “equipes de saúde escolar”, que ampliava a atenção aos problemas sociais emergentes nas escolas. E por consequência, questões antes atendidas exclusivamente por outros profissionais como os psicólogos, passam a ser atendidas, abrangendo casos como: alunos envolvidos com o tráfico de drogas, adolescentes grávidas, estudantes vítimas de maus-tratos, jovens com déficit alimentar, depressão e os alunos deficientes. O mesmo autor destaca que o trabalho necessitaria do apoio de outras áreas de conhecimento para não isolar esses casos tão específicos.

No Parecer Jurídico 23/00 lançado em 2000 pelo CFESS (Conselho Federal de Serviço Social), é citado que caberá ao assistente social para atuar no Serviço Social Escolar as seguintes atividades técnicas e funções: Desenvolver pesquisas para caracterização da

população escolar; elaborar e executar programas de orientação sócios familiares; participar da elaboração de programas junto à equipe multidisciplinar voltadas para questões escolares; realizar articulações com outras instituições; e empreender e executar as demais atividades pertinentes à categoria.

Analisando respectivamente as funções, a pesquisa neste sentido levaria a compreensão da realidade social dos estudantes e de seus familiares. Absorvendo este cenário, os assistentes sociais poderiam criar estratégias de intervenção baseadas nas demandas e utilizarem da contribuição de outros profissionais (psicólogos, coordenadores, assistentes de alunos) para desenvolver o trabalho. A conexão com outras instituições de porte social se torna crucial para situações mais excedentes, ou mesmo para encaminhamentos de qualquer espécie. E por último, exercer as atividades já estabelecidas e comuns ao ofício da profissão.

Reforçando as considerações descritas acima, podemos destacar a fala de Gonçalves (2009), quando diz que:

A inserção do Assistente Social em uma instituição escolar deve conciliar o seu saber com as experiências que lhe são trazidas pelos estudantes e com os conhecimentos de professores, pedagogos, zeladores e demais funcionários, avaliando e revendo sua prática profissional. (GONÇALVES, 2009, s/p)

Em outras palavras, para desenvolver suas funções destinadas dentro de cada instituição de ensino, o profissional precisa considerar a vivência de outros profissionais, tal como as expressões e pensamentos dos estudantes, para fazer de um conjunto de entendimentos, alternativas de mediação, intervenção e desenvolvimento pedagógico. A prática remete ao conceito de intersectoralidade, por englobar muitos setores em prol de um mesmo objetivo em um mesmo espaço, ou espaços diferentes.

De acordo com o CFESS (2011), o Serviço Social nas instituições de ensino podem contribuir com a realização de diagnósticos sociais, indicando alternativas aos problemas vivenciados pelos estudantes.

A contribuição do Serviço Social consiste em identificar os fatores sociais, culturais e econômicos que determinam os processos que mais afligem o campo educacional no atual contexto, tais como: evasão escolar, baixo rendimento escolar, atitudes e comportamentos agressivos, de risco, etc. Essas constituem-se em questões de grande complexidade e que precisam necessariamente de intervenção conjunta, seja por diferentes profissionais (Educadores, Assistentes Sociais, Psicólogos, dentre outros), pela família e dirigentes governamentais, possibilitando consequentemente uma ação mais efetiva. (CFESS, 2011, p. 12)

A atuação do assistente social acontece numa perspectiva de trabalho em equipe, em um panorama interdisciplinar que contribui para a superação de barreiras profissionais. Neste ponto, é notório destacar que alguns casos, o trabalho desempenhado por estes profissionais

se homogeneíza com outros cargos, trazendo uma indefinição quanto às atividades. Assim, vale citar as palavras de Almeida ao reiterar que:

O trabalho desenvolvido pelos assistentes sociais não se confunde com o dos educadores. Em que pese à dimensão socioeducativa de suas ações, sua inserção tem se dado no sentido de fortalecer as redes de sociabilidade e de acesso aos serviços sociais e dos processos sócios institucionais voltados para o reconhecimento e ampliação dos direitos dos sujeitos sociais. (ALMEIDA, 2000, p. 06).

Normalmente nas instituições de ensino, principalmente na rede pública, contam com profissionais que executam tarefas bem similares a exemplo dos educadores, pedagogos, orientadores sociais, assistentes de alunos ou mesmo os psicólogos. No cotidiano laboral, determinadas aplicabilidades podem se aglutinar, devido justamente à totalidade de funções atribuídas aos assistentes sociais.

Para isso, o profissional de Serviço Social inserido em âmbito escolar deve ter consciência de que não desenvolverá ações que substituirão as desempenhadas por profissionais específicos da área. A contribuição do Serviço Social com a educação está no sentido de subsidiar e auxiliar a escola e demais profissionais da área, ao enfrentamento das múltiplas expressões da questão social. (SANTOS, 2008)

No aparato geral, o principal objetivo do trabalho do assistente social atuando na educação é garantir a qualidade desta, mantendo os direitos sociais dos alunos em primeiro lugar. Propor alternativas de enfrentamento aos fatores existentes, de forma a cooperar com a efetivação da educação também são os pontos principais. Essas alternativas deverão dar base para o reconhecimento destes no campo educacional.

Após a discussão, podemos destacar que a terminologia “Responsabilidade Social” neste trecho ganhou um conceito mais globalizado, não se referindo especificamente sobre o universo empresarial ou mercado de trabalho. Na verdade, o pensamento se refere ao comprometimento dos profissionais no campo da educação; a responsabilidade em gerir recursos, métodos e práticas voltadas para a comunidade escolar.

Em algumas unidades de ensino, o setor do serviço social aparece enquanto área responsável por subsidiar serviços da assistência. Desta maneira, entende-se que o profissional deverá coordenar processos, identificar demandas pertinentes à realidade institucional, e construir projetos capazes de modificar certas realidades.

2.2 DEMANDAS DO SERVIÇO SOCIAL NO MEIO EDUCACIONAL

O assistente social na política de educação atua na execução das ações voltadas à própria política, abrangendo também os procedimentos relacionados ao planejamento e gestão. Nesse sentido, o profissional pode atuar em contato direto com os usuários ou em espaços de gestão das políticas, mesmo sem prestar atendimento presencial. O Serviço Social desenvolve seu trabalho em instituições públicas do Estado, em empresas privadas, em fundações empresariais, nas OSCs (Organizações da Sociedade Civil), em instituições filantrópicas e em organizações privadas não lucrativas.

Os assistentes sociais na educação nos últimos anos têm sido requisitados com maior frequência para a educação básica (pública e privada), na educação superior (pública e privada) e na educação profissional e tecnológica para atuar “em programas e projetos (governamentais ou não) voltados para a garantia do acesso e da permanência na educação escolarizada”. (CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL, 2011, p. 51).

No âmbito da educação básica, o assistente social é demandado para atuar na educação pública, bem como na articulação com os conselhos tutelares e instâncias de controle social. Já na educação privada, em sua maioria, confessional, são requisitados para a execução da política de concessão de bolsas de estudos, tomando como base a Lei nº 12.101/2009 (Lei da Filantropia). Oliveira neste contexto cita que “Assim sendo, “[...] estes profissionais têm como atribuição coordenar o processo de concessão da bolsa filantrópica e identificar as famílias que se encontram com perfil socioeconômico para usufruir do direito à bolsa”⁴. (OLIVEIRA, 2016, p. 11)

De acordo com o CFESS, o trabalho do assistente social na política de educação pode ser caracterizado a partir de quatro focos específicos: a) Garantia do acesso da população à educação formal; b) Garantia da permanência da população nas instituições de educação formal; c) Garantia da qualidade dos serviços prestados no sistema educacional; e d) Garantia da gestão democrática e participativa na política de educação. (CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL, 2011).

Respectivamente quanto ao acesso, o trabalho é realizado a partir de atividades como estudos socioeconômicos, visitas técnicas, abordagens de grupo, articulação com outros equipamentos e ações desenvolvidas pela assistência estudantil, envolvendo também operações para mobilização da comunidade escolar. Quanto à garantia da permanência, no setor da educação superior, profissional e tecnológica, depende de um leque de programas que são definidos pelo Programa Nacional de Assistência Estudantil (Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010) e desenvolvidos nos referidos estabelecimentos educacionais.

Com a expansão dos espaços de trabalho vinculados à política de educação nos últimos anos, há uma ampliação no número de profissionais em programas específicos de assistência estudantil nas universidades e institutos federais, gerando por consequência novas demandas. É válido destacar que a criação do plano REUNI (Reestruturação e Expansão das Universidades Federais) e a criação do PROUNI (Programa Universidade para Todos) exigem pela demanda profissional do Serviço Social para a realização de atividades ligadas à concessão de bolsas de estudos, tanto no setor público como no privado.

No âmbito da gestão pública, a incorporação de assistentes sociais tem se dado de forma mais sistemática a partir das atividades de assessoria, pesquisa e capacitação continuada, exibindo novos modelos de organização do trabalho coletivo e representando as transformações no mercado e nas políticas setoriais. Os profissionais trabalham junto ao corpo docente, desempenhando atividades na esfera da gestão da política, ou mesmo na administração pública inserido nas coordenadorias, divisões e departamentos.

Segundo o Conselho Federal de Serviço Social (2001), num contexto geral no espaço educacional, o Serviço Social terá como problemáticas a serem enfrentadas: o baixo rendimento escolar, a evasão escolar; o desinteresse pelo aprendizado; problemas com disciplina; insubordinação a qualquer limite ou regra escolar; as atitudes e os comportamentos agressivos e violentos.

Porém, situações externas ao cotidiano dos estudantes também acabam se configurando como demandas, devido a fatores oriundos das relações familiares ou da sociedade. Como exemplos podemos citar o desemprego, a violência, a falta de saneamento básico, o trabalho infantil, a gravidez na adolescência, falta de serviços de saúde, problemas de habitação, exclusão digital dentre outras. Como Santos destaca:

Estas demandas são originárias da questão social, o objeto de intervenção do Serviço Social, o que fundamenta a necessidade de inserção do Serviço Social na educação, já que este se constitui na atualidade um espaço complexo de adversidades que remete ao trabalho de intervenção do profissional assistente social (SANTOS, 2008, s/p).

O aumento da exploração do sistema capitalista sobre o trabalho tornam mais acentuado as expressões da questão social, enquanto objeto de intervenção do Serviço Social, que também se encontram no espaço escolar. Logo estas questões interferem no processo de ensino-aprendizagem, cabendo à figura do assistente social na qualidade de, buscar respostas para os problemas decorrentes. Além disso, as precárias condições de vida dos estudantes e fatores estruturais no sistema de ensino contribuem para o aumento da evasão ou repetência,

reafirmando a necessidade de uma atuação ampla, que compreenda o trabalho de diferentes profissionais para viabilização do direito à educação.

Enquanto objeto de intervenção, é necessário realizar uma breve explanação sobre o seu conceito. A terminologia “Questão Social” é advinda do embasamento marxista, que é norteador do pensamento crítico do Serviço Social. Sendo assim Iamamoto a define pelo seguinte aspecto:

Questão social apreendida como o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, - enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade. (IAMAMOTO, 2007, p. 27)

Apesar do caráter aparentemente econômico, por se configurar diante de um sistema econômico, essas expressões influenciam diretamente em todos os âmbitos da vida social, ditando inclusive como devem se estabelecer as relações sociais que permeiam na sociedade contemporânea, interligando aspectos políticos, sociais e culturais. Na atualidade, as escolas, universidades e institutos educacionais servem de palco para tensões sociais e vem tornando-se um cenário das expressões da questão social de forma rápida e contínua, onde muitas vezes não estão preparadas para lidar com essa nova conjuntura que se apresenta.

A escola [...] se vê atravessando, hoje, por uma série de fenômenos que [...] se manifestam de forma muito mais intensa e complexa: a juventude e seus processos de afirmação e reconhecimento enquanto categoria social, exacerbadamente, mediado pelo consumo; a ampliação das modalidades e a precoce utilização das drogas pelos alunos; a invasão da cultura e da força no narcotráfico; a pulverização das estratégias de sobrevivência das famílias nos programas sociais; a perda do atrativo social da escola como possibilidade de ascensão social e econômica; a desprofissionalização da assistência no campo educacional com a expansão do voluntariado; a gravidez na adolescência tomando o formato de problema de saúde pública e a precarização das condições de trabalho docentes são algumas das muitas expressões da questão social. (ALMEIDA, s/a, p. 4-5)

Diante do contexto, é notório relacionar que o exercício profissional e as mediações são determinados pelo contexto onde ele encontra-se inserido. Tais realidades interferem no trabalho desses profissionais, bem como no aprendizado dos alunos e na vida social. Nas palavras de Moreira, a realidade é a seguinte:

Os alunos e alunas envolvidos com a comercialização local de drogas ilícitas a varejo, assim como o seu consumo; famílias pobres que utilizam a escola como principal meio de garantir algumas refeições diárias para seus filhos e/ou repasse de benefícios financeiros de programas de transferência de renda condicionados à frequência escolar; a violência e suas variadas expressões que ocorrem intramuros escolares [...] e a violência extramuros que invade e limita o trabalho [...] (MOREIRA, 2013, p.150).

Nesta direção, a realidade é bem mais complexa para o trato exclusivo pelos profissionais da educação, os quais muitas vezes não são preparados para discutir problemas variados, encarregando de espaços para a atuação dos assistentes sociais nestas instituições. Temas como violência, drogas, sexualidade, trabalho, família, cultura, lazer dentre outros, são assuntos já trabalhados pelos assistentes sociais em outros equipamentos públicos. Portanto, a multiplicidade de expressões da questão social que se manifestam no interior das instituições educacionais tem requisitado, de forma ainda gradativa a presença destes profissionais.

Almeida (2005) traz ainda outra compreensão a cerca desta inserção, pois segundo o autor, o reconhecimento destes problemas não justifica por si só a inserção do assistente social nesse campo. O enfrentamento da realidade posta não depende de um profissional em especial, mas sim de um conjunto de profissionais especializados. Portanto, a inserção do assistente social nestes estabelecimentos se faz necessária, mas é importante reconhecer que ele não será o solucionador de todas essas questões.

Em meio às compreensões dos contextos educacionais e relações profissionais, surge mais um ponto para debate, relacionado ao impacto dos projetos societários na contemporaneidade. Em outras palavras, se faz necessário situar o campo da política educacional no Brasil mediante as tendências neoliberais crescentes no país a partir da década de 1990. Sobressai nesta vertente, perceber os pontos críticos dos novos modelos educacionais e suas influências na educação, trazendo outras demandas e repercussões no mundo profissional.

Na década de 1980, principalmente após a promulgação da Constituição Federal de 1988, percebe-se um avanço tanto para o Serviço Social, devido ao advento das políticas sociais quanto para o setor da Educação. Novamente o ocorrido se dá pela construção de legislações específicas voltadas para o âmbito educacional que tratavam da inserção, das práticas, das funções, dos métodos, dos compromissos profissionais, da estruturação do sistema de ensino dentre outros fatores.

Na interface Educação e Serviço Social pontua-se que, na segunda metade da década de 1980 e início dos anos 1990, ambos perpassavam por um processo de reconfiguração. O processo de democratização se intensifica a partir de 1985, trazendo conquistas expressas na Constituição de 1988, a qual foi pautada por debates, pressões e movimentos populares, ampliando o escopo dos direitos sociais (KRAWCZYK; VIEIRA, 2008). Na Constituição Federal de 1988, Educação e Serviço Social (assistência social) fazem parte do Título VIII, objetivo o bem-estar e a justiça social. A partir dessa Constituição, a Assistência Social passa a ser parte integrante da Seguridade Social juntamente com a Saúde e a Previdência (art. 194); seguidamente é prestada a quem dela necessitar. No que tange à Educação, a Constituição Federal de 1988 a afirma como direito de todos e dever do Estado e da

família (art. 205), elencando os princípios do ensino (art. 206), entre outros delineamentos (BRASIL, 1988 apud DENTZ; SILVA, 2015, p.21).

A década de 1990 é marcada por transformações de ordem política, econômica e social, especialmente pela ascensão do neoliberalismo no contexto da globalização. Uma das principais características deste modelo é ancorada na diminuição das ações do Estado enquanto indutor direto das políticas públicas e da assistência social. É sob esse clima a que a educação vira uma peça importante do circuito neoliberal em meio a um processo de contrarreforma do Estado. (BEHRING, 2008)

Antes de partir para o debate, se torna relevante trazer o conceito do “Neoliberalismo” enquanto processo e período recorrente da reestruturação do capital, no qual conduz as mudanças que serão postas até o presente momento na sociedade contemporânea. Talvez seja um ponto consensual entre os estudiosos que o país viva a chamada “Reforma do Estado”, com fortes implicações nas políticas públicas, incluindo educação e assistência social enquanto eixos centrais deste trabalho.

Na abordagem estrutural marxista, o neoliberalismo é definido como estratégia política que visa reforçar uma hegemonia de classe e expandi-la globalmente, se caracterizando por imposições sobre o mundo do trabalho e trazendo novos critérios gerenciais. Esse modelo legitima-se ideologicamente por meio de uma teoria político-econômica que afirma o livre mercado como garantidor da liberdade individual e que confere ao Estado o papel mínimo de preservar a ordem institucional necessária. Nisso, as políticas sociais ficam diretamente ligadas as perspectivas socioeconômicas, por dependerem também dos interesses do capital.

Para Orso (2007), o neoliberalismo é considerado uma espécie de liberalismo aprofundado, pois há tanto ruptura quanto continuidade, no que se apresenta transvertido de novo liberalismo. Sua base encontra-se enraizada principalmente na propriedade privada dos meios de produção, na competição, no individualismo, e na defesa da liberdade de consciência e do livre mercado. Logo, a propriedade privada e as classes sociais são elementos fundamentais, pois demarcam e acompanham também a concepção neoliberal.

As reformas em curso no Brasil são partes integrantes do projeto neoliberal, que tem como foco a necessidade de reestruturar/modernizar o Estado, com vistas à liberalização, privatização e a desregulação. Essas reformas ocorrem em um “cenário marcado pela redefinição do papel do Estado com relação às políticas educacionais. Nesse novo arranjo, o Estado provedor cede lugar ao Estado indutor e avaliador de políticas educacionais”. (NETO; CASTRO, 2005, p.7)

Nesse contexto, o ideário neoliberal consiste do mesmo modo em responsabilizar o Estado pela crise, pois este produziu um setor público considerado ineficiente, abrindo espaço para o desenvolvimento do setor privado. Para tal, as políticas sociais precisam ser dirigidas dentro da lógica de mercado e conseqüentemente, a educação se transforma em um elemento para consolidar o progresso do modelo de produção capitalista. Nisso, várias reformas institucionais foram realizadas a partir dos anos 1980 na objetivação de ajustar o Estado brasileiro ao novo padrão de produção do sistema capitalista já realizado em outros países. Os principais fundamentos dessa reforma vieram da doutrina neoliberal e exprimem a necessidade de reestruturação das grandes áreas de atuação do Estado, estabelecendo um foco maior para as áreas sociais, como é o caso da educação.

Os presidentes que assumiram os governos naquela década mantiveram alguns traços conservadores oriundos ainda do processo de transição da ditadura para redemocratização, ou mesmo pelas tendências de mercado emergentes no sistema capitalista. Durante as gestões de Fernando Collor, Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso, houve uma expansão das matrículas na rede pública, mas também transcorreu a diminuição do papel do Estado na educação superior, prejudicando as universidades federais e alavancando os processos de privatização.

Já no governo de FHC, uma das principais medidas educacionais foi desencadear o processo de elaboração da nova LDB, prevista na Constituição Brasileira de 1988. Para Bittar, Oliveira e Morosini (2008), a aprovação dessa Lei:

[...] Constituiu-se em um marco histórico importante na educação brasileira, uma vez que esta lei reestruturou a educação escolar, reformulando os diferentes níveis e modalidades da educação. [...] desencadeou um processo de implementação de reformas, políticas e ações educacionais [...] em vez de frear o processo expansionista privado e redefinir os rumos da educação superior, contribuiu para que acontecesse exatamente o contrário: ampliou e instituiu um sistema diversificado e diferenciado, por meio, sobretudo, dos mecanismos de acesso, da organização acadêmica e dos cursos ofertados. (BITTAR; OLIVEIRA; MOROSINI, 2008, p. 10-11).

Nesse contexto, podemos encontrar uma dualidade quanto à situação da educação brasileira e da categoria Serviço Social. Em primeiro lugar, ocorre um crescimento de espaços de atuação dos assistentes sociais, principalmente na rede pública, a exemplo das ocupações em institutos federais (IFs). A assistência estudantil também sofre um processo de expansão, integrando ações dentro destas instituições da rede federal (Ensino Superior). Na mesma medida que surgem novos espaços, há uma intensa expansão privada das modalidades presenciais ou à distância (EAD). Em contrapartida, a precarização do ensino público cresce

na rede de educação básica e surgem as dificuldades relativas à garantia do tripé (Ensino, Pesquisa, Extensão).

A descentralização político-administrativa e a municipalização das políticas públicas, uma das exigências da agenda neoliberal, também acarretam a expansão do número de vagas para os assistentes sociais. O fenômeno de interiorização da profissão a partir da década de 1990 proporciona a abertura de um amplo mercado de trabalho, contudo, diminui o número de vagas nas esferas estaduais e federais. (IAMAMOTO, 2012)

Como a descentralização de serviços não foi compatível com os recursos financeiros disponíveis e necessários para implementação das políticas educacionais, ocorreu na mesma medida a precarização dos serviços prestados e das condições de trabalho dos trabalhadores dos municípios, dentre eles a dos assistentes sociais. Logo, as demandas incluíam as próprias dificuldades da categoria em se integrar ao sistema educacional de forma ampla.

Com o fim do governo de FHC, o próximo na linha suscetível é o de Luís Inácio (Lula), no qual houve um grande crescimento no setor da educação em todos os eixos, mesmo sobre o viés do ajuste neoliberal, sendo considerado um promotor de políticas sociais. Na educação, o governo federal passa a desenvolver programas estabelecendo parcerias com os municípios ou diretamente com as escolas, consolidando assim um novo modelo de gestão das políticas. Fora do eixo educacional, a expansão do programa Fome Zero, a reforma da previdência, a e a implantação do SUAS (Sistema Único da Assistência Social) trazem novas demandas para o Serviço Social.

Junto à reformulação do Bolsa-Escola, antes criado no governo de FHC, a distribuição do Bolsa-Família aos jovens estudantes, os programas Pro-Jovem e Primeiro Emprego e a criação do EJA (Educação de Jovens Adultos), são abertos espaços de atuação para os assistentes sociais neste meio, mas se configurando de forma diferenciada em cada localidade, revelando problemas quanto à distribuição da política, do público assistido e da colocação dos profissionais.

Ao instituir o PDE (Plano de Desenvolvimento da Educação), foram fixadas as diretrizes para conversão das instituições federais de educação tecnológica em Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia no âmbito da Rede Federal de Educação Tecnológica. Nesse período (2003-2006) o debate sobre as reformas neoliberais, o processo de sucateamento das IFES e as críticas sobre a falta de assistência aos estudantes universitários, levaram a discussão por parte do movimento estudantil, pela democratização do acesso e permanência dos jovens na educação superior pública. Ao mesmo tempo, havia o debate na categoria Serviço Social para inserção profissional na rede de educação, que já

existia, mas que começava a ganhar novos ares através de publicações, pesquisas, eventos realizados e projetos de lei.

No segundo mandato de Lula (2007-2010) há uma institucionalização da assistência aos estudantes universitários da rede pública federal, cujas ações sócias assistenciais passaram a ser incluídas na agenda governamental, devido à aprovação do Plano Nacional de Assistência ao Estudante de Graduação das IFES e a instituição do PNAES (Programa Nacional de Assistência Estudantil). A conquista compreendia a expansão de espaços de trabalho para a categoria, se confirmando até o presente momento, o principal meio empregador na área da educação.

A instituição do PNAES em 2007 é apresentada à sociedade como um desdobramento do processo de expansão e reestruturação das IFES brasileiras, sendo a estratégia do governo federal para consolidar o REUNI. No PDE (Plano de Desenvolvimento da Educação), aprovado pelo Presidente Lula e pelo Ministro da Educação Fernando Haddad, apresenta como objetivo a melhoria da educação no País, em todas as suas etapas, em um período de quinze anos. No entanto, como citado por Lima (2005), há um “fetichismo da democratização” ou “fetichismo da democratização da permanência” para incumbência da política, devido a diversos fatores.

O Governo Dilma deu continuidade à política educacional do Governo Lula efetuando alterações pontuais em trechos da LDB. O principal destaque da gestão consiste na criação do PRONATEC (Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego). O referido programa foi instituído em 2011, tendo como objetivo oferecer cursos de educação profissional/tecnológica para a população em situação de vulnerabilidade social. Foi proposta também a expansão de cursos de EPT (Educação Profissional e Tecnológica) prevendo uma série de ações de assistência técnica e financeira e consequente, crescimento no número de campus dos IFs.

Neste sentido, Saviani destaca no livro “Da LDB (1996) ao novo PNE (2014-2024)”, por uma outra política educacional, certos apontamentos sobre esse crescimento de cursos profissionais citando pelo menos duas inquietações: a crença de que existe uma carência de profissionais de nível médio e que em consequência, estes teriam maiores chances de absorção no mercado de trabalho; e o incentivo à iniciativa privada alocando recursos públicos para a expansão das vagas oferecidas pelas redes de escolas particulares inclusive aquelas com fins lucrativos. (SAVIANI, 2016).

É nessa conjuntura que surge mais um ponto de discussão: os efeitos da incorporação da agenda social no neoliberalismo. Devido ao próprio contexto de surgimento do PNAES e

das políticas oriundas da “Gestão Lulista”, é importante significar as perspectivas dos governos (Lula e Dilma) enquanto administrações pautadas no modelo social-liberal.

Segundo Castelo (2012) o social-liberalismo é uma tentativa político-ideológica das classes dominantes de dar respostas às múltiplas tensões derivadas do acirramento das expressões da “questão social” e da luta política da classe trabalhadora. [...] O objetivo principal desta ordem é acarretar um equilíbrio entre o governo, o mercado e a sociedade civil. A chamada “Terceira Via” configura-se como um programa político voltado a orientar a política radical de centro, que no passar dos anos, vem obtendo apoio dos governos, de partidos, e das organizações da sociedade civil vinculadas ao campo empresarial.

Os ideólogos do social-liberalismo brasileiro ainda apostavam na edificação de uma sociedade de consumo de massa (PEREIRA, 2007), na incorporação dos excluídos ao mercado de consumo e ampliação das oportunidades para os segmentos mais pobres da sociedade (OLIVA, 2010) e em um consenso político entre classes e grupos sociais, enfim, em um grande “pacto social” como saída para os problemas do país.

Assim, a política de Assistência Social na contemporaneidade se configura numa espécie de administração da pobreza, onde o discurso em torno dos termos: exclusão, vulnerabilidade, risco social são o cerne da gestão das políticas públicas. Na educação, o florescimento de programas voltados para capacitação profissional, mais técnico e menos pedagógico, são exemplo das tendências postas a partir dos anos 2000, que direcionam os sujeitos para composição da mão de obra, na proporção de alimentar o sistema do capital.

Em seguida, ainda no final do primeiro mandato de Dilma Rousseff, o novo PNE (Plano Nacional da Educação) é aprovado em 2014, permitindo dar continuidade a administração anterior. É a partir da segunda gestão, que começam as grandes transformações que representariam os retrocessos do sistema educacional e intensos debates para a inserção oficial/legalizada dos assistentes sociais na educação.

Como sabemos, em 2016 acontece um processo de impeachment da então presidente Dilma, ocasionado por uma série de fatores envolvendo os campos jurídicos, parlamentar e midiático, impelindo-a destituição do cargo e substituição pelo vice-presidente Michel Temer, considerado por muitos estudiosos um “Golpe” ou “ato antidemocrático”. Com isso, a viabilização do então PNE é descontinuada, trazendo outras imposições e reformas estruturais para a área educacional.

Como o episódio do golpe gerou vários debates, ambos trazendo perspectivas distintas que ora certificava o acontecido, ora não o reconhecia como tomada de poder, cabe trazer a clara definição da autora Bianchi:

O golpe de estado não é um golpe no Estado ou contra o Estado. Seu protagonista se encontra no interior do próprio Estado, podendo ser, inclusive, o próprio governante. Os meios são excepcionais, ou seja, não são característicos do funcionamento regular das instituições políticas. Tais meios se caracterizam pela excepcionalidade dos procedimentos e dos recursos mobilizados. O fim é a mudança institucional, uma alteração radical na distribuição de poder entre as instituições políticas, podendo ou não haver a troca dos governantes. Sinteticamente, golpe de estado é uma mudança institucional promovida sob a direção de uma fração do aparelho de Estado que utiliza para tal de medidas e recursos excepcionais que não fazem parte das regras usuais do jogo político (BIANCHI, 2016, p. 04).

O governo golpista lança a reforma do ensino médio mediante Medida Provisória, sem a devida consulta e aprovação dos estados e do Distrito Federal, passando a valer imediatamente após sua promulgação. A intensa propaganda governamental sobre o feito, bem como as medidas agora impostas foram duramente criticadas pelas representatividades da educação, categorias profissionais, instituições e políticos contrários. O grande retrocesso da política foi justamente reacender o empobrecimento da escola pública, a negação da formação humanística e o desmonte da educação científica e tecnológica, que impactaria na distribuição de recursos para assistência estudantil e no trabalho dos assistentes sociais neste espaço.

Uma das propostas que foram bastante debatidas referiu-se ao projeto denominado “Escola sem partido” que proclamava a neutralidade da educação diante da política, se caracterizando enquanto instrumento conservador e apoiado por partidos da direita. Na mesma composição, surge a reforma da previdência (PEC 287), a tramitação da PEC 241 e o projeto de Lei da terceirização. Ambos traziam encadeamentos no âmbito trabalhista, que além de atingir no geral os trabalhadores, alcançavam o Serviço Social enquanto inscrito na divisão sócio técnica do trabalho.

Nesse contexto, observa-se que as demandas sociais não tem sido prioridade da atuação do Estado, e que faltam propostas eficientes para a solução de problemas socioeconômicos. Concretamente, o corte de gastos no orçamento anual e a institucionalização da política de austeridade fiscal impactam na forma como os indivíduos se relacionam nos espaços de trabalho e no acesso a direitos.

A nova fase de governos de extrema-direita se consolida com a posse de Jair Bolsonaro em 2019, dando indícios de um período neoliberal conservador e autoritário, e representando ainda mais o cenário de retrocessos debatido neste trabalho. Na área da Educação, a gestão inicia-se com o anúncio de cortes no orçamento das instituições de ensino superior, na rede pública. A medida gerou uma série de manifestações ao longo do ano, contando com o apoio de movimentos estudantis, partidos de esquerda, docentes e discentes

de universidades públicas e categorias profissionais (sindicatos/conselhos) como o Serviço Social.

É consumável ao longo da análise feita neste capítulo que todos os governos existentes a partir do processo de redemocratização do país, foram baseados em preceitos neoliberais. Com as medidas postas sobre este modelo, em consequência, ocorre um acirramento das expressões da questão social, demandando dos assistentes sociais novas formas de enfrentamento. Na mesma medida do crescimento de problemáticas sociais, há uma expansão de espaços ocupacionais derivados da ação do Estado, na objetivação de manter o status do capital e solucionar as reivindicações trazidas pela população.

O debate do Serviço Social na Educação também cresce em meados dos anos 2000, apesar da ocupação antes presente na área. Com isso, vemos as contribuições teóricas, metodológicas e práticas saltarem, nas quais a categoria carecia diante do sistema educacional. Ao longo dos anos, diversos projetos de lei incrementam as possibilidades de atuação profissional, mas que ainda poderão passar pelas interferências da sociedade e dos governos em destaque.

CAPÍTULO III: TRANSFORMAÇÕES, INOVAÇÕES E RETROCESSOS

Ao longo do capítulo dois foram apresentadas as diversas funções estabelecidas para os assistentes sociais na área da educação, abrangendo responsabilidades inerentes à profissão, que antes mesmo das normas convencionadas para instituições de ensino, tornavam-se instrumentos responsáveis pela concretização do trabalho social como um todo.

O grande número de requisições voltadas para a profissão em análise, a partir das compreensões citadas anteriormente, davam-se pelas próprias transformações societárias que implicava nas demandas postas para o cotidiano educacional. Junto ao número crescente de problemáticas emergentes, surgiram novas legislações e debates em torno da ampliação do mercado de trabalho na educação.

Na mesma congruência da abertura de espaços profissionais, houve as implicações das medidas neoliberais e socioliberais, enquanto tendências recentes nas governanças brasileiras dispostas a datar da década de 1990 em diante. As dimensões políticas, econômicas e sociais desencadearam na diminuição do papel do Estado frente à execução e manutenção de renovadas políticas públicas.

No último capítulo é coerente destacar as novas tramitações em torno do Serviço Social em espaços educacionais, bem como a pesquisa bibliográfica que busca alcançar a

centralidade e objetivação deste trabalho, no envolvimento de: significados da profissão na educação pública diante das reformas governamentais e posição do serviço social na atual conjuntura.

3.1 SERVIÇO SOCIAL NO CONTEXTO NEOLIBERAL: DESAFIOS E CRÍTICA

Algumas das implicações do sistema capitalista contemporâneo foram direcionadas para a composição de planos nacionais, políticas públicas e programas sociais de caráter educacional, como relatado no capítulo anterior. O fato ocorre pela injeção da economia e da política que desenha e institui determinadas ações do Estado. O processo é traduzido no caminhar da história no que se refere à criação e execução das políticas sociais, tornando a eventualidade, uma condição específica no Brasil.

Na análise feita por Pereira (2011), são destacadas as principais mudanças que sinalizam a construção das políticas no território brasileiro, influenciadas por seus respectivos cenários, quando afirma que o sistema de proteção social apresenta características mistas:

O caso brasileiro afigura-se como um misto ou combinação de elementos presentes na classificação de Esping-Andersen (1991), a saber: intervenções públicas tópicas e seletivas – próprias dos modelos liberais –; adoção de medidas autoritárias e desmobilizadoras dos conflitos sociais – típicas dos modelos conservadores – e, ainda, estabelecimento de esquemas universais e não contributivos de distribuição de benefícios e serviços – característicos dos regimes socialdemocratas. E tudo isso foi mesclado às práticas clientelistas, populistas, paternalistas e de patronagem política, de larga tradição no país. (PEREIRA, 2011, p. 127)

Exemplificando o “Caso Brasileiro” podemos assimilar que boa parte dos programas mais importantes de cada governo, principalmente da década de 1990 em diante apresentam os elementos confirmadores das políticas em destaque. Dentre os elementos, a seletividade e a distribuição de serviços são os fenômenos mais encontrados. A falta de mobilização da população no tratar destas questões também interfere nas configurações das políticas.

Segundo Behring (2008), em outra abordagem do tema, as políticas sociais ao serem trabalhadas em um contexto neoliberal são transvestidas de aspectos despolitizados, burocráticos, deslocando-se inclusive de participação democrática da classe trabalhadora. Em sua historicidade, esse olhar em torno dos direitos sociais encontra um terreno propício no país, devido à ótica conservadora pautada nas políticas do favor. Assim o Serviço Social encontra-se no cenário em que há avanço nos investimentos de políticas de transferência de renda, mas concomitantemente ocorre retração do Estado enquanto espaço privilegiado pela oferta de serviços.

No capitalismo atual, as políticas expressam os ditames da política econômica e junto ao processo de precarização das condições de trabalho, acometem aos agentes que prestam serviços públicos aos usuários das políticas sociais. Destarte, imprimem as formas de organização do Estado que alteram os critérios de distribuição de recursos públicos e, em consequência, modelam as formas de prestação dos serviços.

Como afirma Iamamoto (2008) O Estado que é mínimo para o social e máximo para o capital, atua em favor da redução dos custos empresariais, com o objetivo de salvar/guardar as taxas de lucratividades, eleva as taxas de exploração de trabalho, privatiza empresas estatais, desmonta as políticas públicas, mercantiliza os serviços públicos, flexibiliza as legislações trabalhistas e as conquistas sociais acumuladas.

No cenário brasileiro, na presença de um Estado que diminui suas funções para com a sociedade, a elaboração de políticas sociais garantidoras de direitos transita entre estabelecer medidas de apoio social ou responder aos protocolos dos governos. Em alguns casos as instâncias de poder preferem favorecer aos interesses da iniciativa privada na busca pela lucratividade desmontando, por exemplo, as atribuições dos órgãos públicos, enquanto instituições que prestam os serviços.

Quando há a atenuação das funcionalidades do poder público, o fazer profissional dos cargos dispostos nesta esfera também sofrem com as disparidades recorrentes do modelo de produção. O trabalho torna-se inteiramente dependente das amarras da administração e da gestão pública, e o Serviço Social nesta ambientação convive com esses desafios.

Em contramão, não significa dizer que a profissão imprime uma total inconsistência quanto a sua legitimação e independência, na maneira que a mesma constrói continuamente suas práticas, formações, metodologias e debates em afronte ao modelo capitalista vigente. Não obstante, a multiplicidade de desafios ceifa as atividades e funções destinadas aos assistentes sociais em tempos de avanço neoliberal, questionando a própria legitimidade da profissão.

Pelas numerosas adversidades, denotam destacar os principais desafios do Serviço Social no contexto neoliberal. Em primeiro lugar, o grande obstáculo na conjuntura atual parte de algo mais global, ligado às reconfigurações da sociedade capitalista na busca pela sustentação incansável do sistema. O cenário desfavorece o desenvolvimento de políticas abrangentes que levem a transformação da sociedade e a diminuição das desigualdades. Sob a mesma linha, em um modelo de desestruturação das políticas sociais e de retração no papel do Estado, a assistência social permanece cada vez mais reduzida a uma política de “compensação da pobreza”.

O conceito de política de redução ou compensação constituem as políticas temporárias, que têm por finalidade incorporar os indivíduos destituídos de posse a uma vida regular na sociedade, reduzindo ou mesmo eliminando as principais carências que colocam em risco a sobrevivência destes. Estas políticas reforçam a seletividade, ou seja, procuram por meio da discriminação focar apenas a usuários que estejam na situação de miserabilidade (vulnerabilidade), normalmente definida em termos de: baixos níveis de renda, abaixo da linha da pobreza, desprotegido socialmente ou invisíveis.

Atualmente no panorama da proteção social, as medidas governamentais caminham para o controle social da massa de pobres, para a incidência dos processos de encarceramento e na direção da (re)filantropização da pobreza, em que às propostas de programas/projetos de transferência de renda são tidos como uma via de solução para enfrentamento das expressões da questão social.

De forma globalizada, no capitalismo, as políticas sociais são definidas como instrumentos que materializam os direitos sociais, na objetivação de garantir a reprodução da força de trabalho e ao mesmo tempo, atuar em determinadas problemáticas, como forma de erigir os interesses das classes antagônicas. Todavia, as referidas políticas estão intrinsecamente articuladas às doutrinas econômicas como estratégia de intervenção do Estado, cujo propósito é viabilizar o acréscimo dos lucros capitalistas pelo controle dos mercados.

Em segundo lugar, o fenômeno da precarização acomete aos assistentes sociais por sua integração na divisão social do trabalho, enquanto profissão legalizada e reconhecida, mas que sofre pelas condições e medidas impostas na contemporaneidade. Segundo Paz (2015), a categoria de trabalho dos assistentes sociais também se encontra no quadro das classes trabalhadoras a qual está no bojo das relações de luta e poder. A precarização do trabalho do assistente social tem uma ligação intrínseca com as formas de contratação temporária onde o profissional do serviço social não é efetivo e tem seu trabalho subjugado pelo seu empregador.

O empregador neste contexto pode se referir à esfera pública no geral, pois seja no ramo da educação ou em outras áreas, boa parte dos serviços sociais integram o setor público, devido à própria historicidade de atuação da categoria. A esfera privada também configura esse espaço laborativo, representando juntamente as transformações do mundo do trabalho e concretizando os episódios de precarização. Ambos os setores enquadram as perspectivas de flexibilização do mercado de trabalho, corporificando as tendências já debatidas.

A flexibilização do processo produtivo imprime novas exigências aos trabalhadores que conseqüentemente incidem sobre as qualificações profissionais e as condições de inserção no mercado. Merece destaque a demanda por profissionais qualificados e “passivizados” e a redução de postos para aqueles sem qualificação.

A qualificação até pode ser enxergada como um ponto fundamental na formação profissional, mas na ótica da conjuntura em debate, serve de mecanismo para eliminar candidatos e fomentar as desigualdades nos campos de atuação. Com a reputada qualificação exigida pelos empregadores, muitas pessoas ficam de fora, gerando uma massa de indivíduos excluídos dos processos constitutivos do trabalho. Quanto à passividade, é outro ponto de questionamento, pois o “pacificar” colabora para a manutenção de um estado de acomodação frente à realidade, propiciando a permanência do sistema alienador.

No âmbito do Serviço Social, intensifica-se o processo de terceirização expresso de várias formas: subcontratação de serviços individuais dos assistentes sociais por parte de empresas de serviços ou de assessoria; prestação de serviços aos governos e organizações não governamentais; exercício profissional privado (autônomo); contrato temporário; contrato por projeto ou por tarefa; Tudo em função das novas formas de gestão das políticas sociais.

Exemplificando as situações, um dos eventos ilustrados é a chamada “Pejotização” que consiste em contratar funcionários (considerados pessoas físicas) por meio da constituição de pessoa jurídica para prestar serviços. O fato leva a uma relação de emprego especialmente subordinado, com a finalidade de afastar os deveres de pagamento das verbas e dos encargos previdenciários e trabalhistas.

Cabe destacar que a terceirização é confundida com pejotização, mas compreendem intuitos bem diferentes. A priori, a primeira se caracteriza quando uma sociedade (empresa) contrata outra para executar uma atividade ou prestar algum tipo de serviço. Nesse caso, os trabalhadores devem ser empregados da empresa terceirizada, onde são contratados pelo regime previsto na CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), com garantia de direitos trabalhistas. No segundo caso, ocorre a substituição de um trabalhador com carteira assinada por outro contratado como pessoa jurídica, ou prestador de serviços sem vínculo empregatício, conhecido como empresas dos *PJs* ou *Eu Sozinho*.

Em terceiro lugar, também considera-se um fenômeno crescente a partir da década de 1990 no Brasil, a eclosão do Terceiro Setor, que inclui a prestação de serviços aos governos sob tutela das ONGs (Organizações Não Governamentais) ou agora denominadas OSCs (Organizações da Sociedade Civil), empresas privadas com ou sem fins lucrativos, instituições filantrópicas, associações dentre outras características.

O pensamento neoliberal justifica a expansão do setor por meio do discurso de “solidariedade social”, enquanto resposta no trato da questão social, diminuindo novamente o papel do Estado. Com essa diminuição, houve um grande recorte dos recursos que financiam programas estatais na área social, envolvendo um leque de políticas e instituições nos setores da assistência, previdência, saúde e educação. Como efeito, ocorre à expansão das entidades filantrópicas, em especial as ONGs na finalidade de assistência específica a populações, comunidades, grupos sociais.

Iamamoto (2012) comenta que este processo de “Ongunização” é uma das formas de terceirização que visa diminuir o quadro de funcionários públicos, sendo outra tarefa também imposta pelo paradigma neoliberal. Ao contratar ONGs, as quais atuam através de projetos e atividades eventuais, os profissionais por elas contratadas seguirão o mesmo regime de relações fragilizadas, sem possibilidade de acessar a direitos trabalhistas.

A diminuição do quadro e da contratação de novos profissionais para ocupar espaços públicos é justificada pela suposta carência de recursos desencadeada pela crise do Estado. Logo, a composição de funcionários é integrada por empresas privadas ou empresas prestadoras de serviços, que substituem a mão de obra efetiva.

Na concepção de Montaña, a ideia de “Terceiro Setor” vem para superar a dualidade entre o público/privado ou público/estatal sendo um meio de articulação destes organismos diante da proclamada crise do capital e do Estado. “Destaca-se ainda, como uma característica intensa dessa conjuntura, a busca extensiva pelo lucro, onde o “desenvolvimento de um novo setor” viria dar respostas ao que supostamente o Estado já não pode dar e que o mercado não procura dar” (MONTAÑO, 2002, p. 55).

Neste meio tempo, a expansão do terceiro setor não efetiva em sua plenitude, as políticas e serviços sociais que deveriam ser prestados pelo Estado, uma vez que essas organizações são designadas como apoiadoras no planejamento e prestação de serviços. Destarte que o trabalho das ONGs e outras instituições não podem ser negados, da mesma forma que não substitui a ação estatal. Por este ângulo, o mesmo autor (Montaña) compreende e reconhece a incapacidade atual do Estado em enfrentar sozinhos os problemas sociais, mas entende que responsabilidade pela gestão das políticas é uma competência do Estado.

Em quarto lugar, inteiramente ligado à categoria Serviço Social, considera a crise na base de sustentação e funcionalidade da profissão causada por estas transformações. A função social e econômica das políticas públicas tem sido significativamente alteradas, dada a complexidade de medidas recorrente.

Sob consequência, quando essas funções são alteradas e compreendem espaços de atuação dos assistentes sociais, as orientações quanto à instrumentalidade e legitimidade dos profissionais passam por interferência. Em outras palavras, se o assistente social tem uma função social que o legitima perante o Estado, de intervir na fase terminal de execução das políticas, e há uma redefinição ou redução desta requisição profissional, o papel deste diminui.

Um dos fatores que levam a situação é a relativa participação no planejamento e avaliação das políticas, como também as intervenções fora da órbita estatal, compreendendo atividades em instituições assistenciais. Essa característica é fruto de uma estrutura que envolve um conjunto de processos: refilantropização, multifragmentação, terceirização do trabalho, liberalização profissional dentre outros.

Por efeito do conjunto de desafios apresentados, o Serviço Social deve procurar enfrentar ou reverter as tendências neoliberais dispostas no cotidiano profissional, pelos próprios fundamentos construídos ao longo dos anos. No entanto, a crítica ao contexto neoliberal deve partir da agregação de diferentes perspectivas.

Primeiramente, a consolidação do projeto ético-político deverá articular dimensões distintas, materializadas a partir de produções teóricas, debates, correlação de forças internas da profissão e ações da categoria. Criar um consenso entre as novas tendências profissionais contribuem inclusive para a formação do pluralismo, imprescindível na dinâmica e nos direcionamentos dos assistentes sociais.

Outro ponto é que, para conduzir à legitimidade e a pluralidade disposta no projeto profissional, se faz necessário uma interlocução entre a formação crítica dentro dos cursos superiores, uma maior organização acadêmica e interlocução entre os atores que compreendem os espaços de atuação. Todos esses fatores poderão influenciar no direcionamento das funções e na assimilação da realidade, de forma mais crítica e integradora.

Após a percepção dos diferentes desafios do Serviço Social diante do contexto neoliberal, caberá destacar alguns apontamentos. No caso do Brasil, a precarização do trabalho não pode ser tratada como um fenômeno novo, considerando sua existência desde os primórdios da sociedade capitalista urbano-industrial, as diferentes formas de precarização do trabalho e do emprego assumem na atualidade novas configurações e manifestações, especialmente a partir dos anos 1990, quando se presenciam mais claramente os influxos da crise de acumulação, da contrarreforma do Estado e da efetivação das políticas neoliberais.

O Serviço Social enquanto categoria profissional em meio a todo o contexto relatado, é permeado por decisões de ordens superiores (Estado/Governo) onde encontra-se na

dualidade de seguir determinações ou caminhar contra as mesmas, tornando-se um dos principais desafios. É notório que a política de assistência social segue uma estratégia de crescimento, induzida pelo ideário do sistema do capital. Em contrapartida, a profissão também se posiciona contra as dinâmicas de superexploração, desigualdade, alienação e naturalização da questão social, criticando-o pela sua própria historicidade e formação, a ideologia de exploração.

Pelo próprio surgimento de espaços de atuação oriundos do acirramento das expressões ou problemáticas sociais e pela atuação ligada as novas demandas neoliberais, a profissão precisa estar atualizada quanto a sua prática. Em outros termos, deve-se analisar as bases dimensionais, sejam éticas, políticas, metodológicas, e operativas para não cair em perspectivas conservadoras, que despolitizam toda a construção e legitimação das práticas conquistadas.

Por último, a posição dos assistentes sociais frente à ofensiva neoliberal caminha para o fortalecimento dos interesses das classes subalternas dentro das instituições, programas e benefícios. Ou seja, criar mecanismos de viabilização para a real efetivação dos direitos sociais presentes na mais recente constituição, bem como atender aos preceitos descritos no projeto ético-político e no projeto globalizado de classe que a profissão preconiza.

3.2 QUANDO O ENSINO ALCANÇA À MODERNIDADE: EVOLUÇÃO OU RETROCESSO?

Posteriormente, foram apresentadas as implicações do sistema capitalista no mundo do trabalho, em especial sobre os obstáculos do Serviço Social na conjuntura neoliberal. Partindo desta compreensão e retornando a centralidade do texto, corresponde traçar a situação dos assistentes sociais na educação brasileira no presente momento.

Pelo questionamento da profissão em torno da composição da assistência social no ensino e pelo empasse da inserção nos mesmos espaços, é necessário compreender as diferentes posições da categoria na área em estudo. Atualmente, o debate do referido tema ganhou novas conclusões a partir da legislação ligada à colocação de profissionais em ambientes educacionais.

Na mesma direção, o ensino brasileiro passou por grandes transformações decorrentes da ascensão de governos sócio e neoliberais, colocando novas amplitudes quanto à argumentação do que seria evolução ou retrocesso no sistema de educação do país.

Junto da série de dificuldades ou mesmo sobre a importância destes trabalhadores no quadro da rede de ensino, caberá pontuar a relevância da Assistência Estudantil, enquanto marco da política social na educação, bem como as problemáticas no avanço deste. Em primeiro caso, se torna essencial pontuar o breve trajeto do programa.

A Assistência Estudantil no seio deste trabalho pode ser compreendida como um programa de nível universal que compreende a Política de mesmo nome, se caracterizando como direito social voltado para igualdade de oportunidades aos estudantes do ensino superior público. Trata-se de uma política operacionalizada no âmbito das IFES (Instituições Federais de Ensino Superior), que contribui para a permanência dos estudantes, viabilizando as condições necessárias à sua formação acadêmica e profissional, sendo uma das modalidades da Assistência Social.

O surgimento desta modalidade no país é ligado ainda aos métodos rudimentares de formação da rede de ensino, que durante muitos anos, se estabeleceram historicamente de maneira focalizada, através de um conjunto de ações assistenciais. Somente a partir da década de 1980, que há o fortalecimento das discussões em torno da política. Já na década seguinte (1990) surge uma intensa influência neoliberal nas políticas públicas brasileiras, além da consolidação da agenda na gestão da Educação Superior.

Durante a gestão do governo Lula aconteceram alguns marcos quanto à implementação do plano de educação e expansão da rede pública federal. Neste sentido, cabe elenca-los:

QUADRO I- Marcos legais de instituição da rede de ensino técnico federal

LEGISLAÇÕES	DESTAQUES
Decreto N° 5.154/ 2004	Garante autonomia para as instituições da rede federal, na criação de cursos nos diversos níveis de educação profissional e tecnológica.
Decreto N° 6.095/ 2006	Estabelece as diretrizes para o processo de integração de instituições federais de educação tecnológica, para fins de constituição do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFET), no âmbito da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.
Decreto N° 6.095/ 2007	Fixa as diretrizes para integração de instituições federais de educação tecnológica.
Lei N° 11.788/ 2008	Regulamenta os estágios dos estudantes das instituições de educação superior, de educação profissional.
Lei N° 11.892/ 2008	Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia – Institutos Federais.
Decreto N° 7.234/2010	Institui o Programa Nacional de Assistência Estudantil, ampliando suas ações e incluindo os Institutos Federais.

Fonte: primária

O marco abrangente é a instituição do PNAES (Programa Nacional de Assistência Estudantil), que anteriormente percorreu uma série de atos legais, em direção ao atual sistema conhecido. Foram eles: a Constituição Federal de 1988; a Lei de Diretrizes e Bases da Educação; e o decreto 7.234/2010. Respectivamente, os documentos dispõem a educação enquanto dever do estado, os dispositivos legais para instauração do sistema, e a instituição do plano e sua colocação na rede federal de ensino superior.

Neste sentido, Vasconcelos considera:

[...] A promulgação do Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES [...] é de importância fundamental para a questão da Assistência Estudantil. Essa conquista foi fruto de esforços coletivos de dirigentes, docentes e discentes e representou a consolidação de uma luta histórica em torno da garantia da Assistência Estudantil enquanto um direito social voltado para igualdade de oportunidades aos estudantes do ensino superior público (VASCONCELOS, 2010, p. 405).

Cabe destacar que no contexto anterior a esse episódio, um conjunto de fatores levou a pressão dos movimentos sociais pela instauração de uma política pública de apoio estudantil mais específica e abrangente. Dentre eles os movimentos estudantis que deram apoio à criação do FONAPRACE (Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Estudantis e Comunitários) ligado ao desenvolvimento de ações de assistência aos estudantes. Prontamente, a constituição do referido programa partiu de lutas sociais e não somente de ações do Estado.

A partir deste ponto, a expansão da educação profissional/ tecnológica tem sido apontada como um dos principais determinantes da ampliação de espaços sócioocupacionais para o Serviço Social, na área da Educação. Entre os fatores: a realização de concursos e a colocação dos IFs como atores no projeto de sociedade desenvolvido no Governo Lula. O projeto ampliava o acesso de trabalhadores ao ensino profissional e tecnológico, ofertando cursos direcionados à composição do mercado de trabalho. Quanto aos objetivos, estabelecia medidas na perspectiva de transformação da vida social.

O interessante é que o PNAES não estabelecia os procedimentos de atuação dos assistentes sociais, mas com o passar dos anos, houve uma tendência quanto à realização de atuações em torno da transferência de renda ou na parte organizacional das instituições de ensino. Como resultado, estes profissionais passaram a desenvolver um leque de funções bem distintas: monitoramento de recursos, análise socioeconômica dos estudantes, abordagens grupais ou individuais, reuniões, participação em conselhos de classe e movimentos

estudantis dentre outros exemplos. A atuação também passou a incorporar atividades relacionadas as famílias dos alunos ou mesmo as comunidades em torno dos institutos.

A funcionalidade do Serviço Social nestes espaços ganha novas características, sobretudo pela aprovação da Lei N° 12.711/2012 onde dispõe sobre cotas no ensino superior, gerando polêmicas em torno da categoria e das medidas do MEC. O documento retrata a reserva de vagas para estudantes autodeclarados (pretos, indígenas ou pardos) que tenham cursado o ensino médio na rede pública, com renda igual ou inferior a 1,5 do salário mínimo per capita.

Para amparar os estudantes que obedeciam aos critérios da Lei de Cotas e contribuir no acesso a escolarização e permanência estudantil, foi criado o Programa Bolsa-Permanência, instaurado oficialmente em 2013 no Governo Dilma. Logo, o trabalho dos assistentes sociais se direcionou para seleção de discentes e distribuição de bolsas. Segundo a própria gestão, haveria uma maior alocação de recursos e gastos financeiros, exigindo de critérios de seletividade para melhor distribuição das bolsas.

O formato de trabalho descrito e realizado pelos profissionais acima, vem se configurando como um dos principais objetivos da assistência social no setor educacional, em especial na educação tecnológica-federal. Por isso o debate contínuo em torno das funções e do papel social da profissão na Assistência Estudantil.

Na mesma proporção, a categoria e seus órgãos representativos passaram a debater sobre tramitações e legislações acerca da regulamentação da inserção, porque na prática, a expansão e as contribuições da profissão no âmbito educacional ficaram restritas a rede pública federal, deixando de lado outras perspectivas de inclusão: como exemplo a inserção na rede privada. A discussão inclusive foi iniciada antes mesmo da promulgação do PNAES, sobre projetos de lei em alguns estados e municípios. Cabe destacar quais foram as iniciativas neste sentido, através do quadro:

QUADRO II – Propostas de legislações e leis referentes à inserção profissional na educação

INICIATIVAS	DESTAQUES
Projeto de Lei nº 3.688/2000	Dispõe acerca da prestação de serviços de psicologia e serviço social nas escolas públicas de educação básica.
Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 13/2007	Propõe a garantia aos alunos do ensino fundamental e médio atendimento por equipe formada por psicólogos e assistentes sociais.
Projeto de Lei N° 3.466/2012	Dispõe sobre a instituição do Serviço Social nas escolas públicas, entidades filantrópicas, OSCIPs e fundações onde a atividade principal seja o oferecimento da educação.
Lei N° 13.935/2019	Dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e serviço social em escolas públicas de educação básica.

Fonte: primária

Verazmente, o primeiro projeto de lei desenrolou-se na Câmara entre os anos de 2000 a 2007. Já no Senado, tramitou e foi aprovado pelas Comissões de Educação (CE) e Assuntos Sociais (CAS) entre 2007 e 2009. Mais tarde fora também aprovado no Plenário do Senado em dois turnos distintos (2009/2010).

De acordo com o regimento interno, o projeto retorna à Câmara, por conta de mudanças nas emendas trazidas pelo Senado. Em 2010 o mesmo projeto retornou à Câmara para prosseguimento da tramitação. Após a aprovação nas comissões da Câmara e do Senado, o PL encontrou-se nas condições de ser apreciado pelo plenário da Câmara, aguardando uma última etapa para apreciação e votação, que ocorreu apenas em 2019.

No governo do então presidente Jair Messias Bolsonaro, o PL foi vetado sob a justificativa de ser contrário ao interesse público. O Congresso Nacional derruba o veto e promulga a Lei 13.935 em dezembro de 2019. Com a promulgação, uma série de medidas são postas para o direcionamento do trabalho e inclusão dos profissionais na educação.

Na descrição do documento são estabelecidos: o atendimento do serviço social disposto em uma equipe multidisciplinar; o desenvolvimento de ações de mediação; e a consideração do projeto político-pedagógico das instituições. No penúltimo artigo é citado que Os sistemas de ensino disporão de 1 (um) ano, a partir da data de publicação desta Lei, para tomar as providências necessárias ao cumprimento de suas disposições. (BRASIL, 2019)

Mas é a partir do cumprimento das disposições previstas, que surgem novamente as dificuldades para o total cumprimento da lei e inserção prática dos assistentes sociais nos estabelecimentos de ensino. Da mesma forma que a expansão de espaços sócioocupacionais encontram-se como fenômeno recente, as implicações do sistema neoliberal e da contrarreforma iniciada no Governo Temer, trazem impactos na área da Educação. Neste sentido, cabe pontuar quais as dificuldades que os profissionais do quadro da assistência estudantil, sofrem no cotidiano de trabalho e quais os desafios para o total desenvolvimento da política.

Primeiramente em um plano geral, a Política Social da Educação está atrelada aos interesses do capital, como relatado no início deste capítulo. As determinações da execução dos programas para permanência estudantil seguem as tendências neoliberais e são influenciadas pelas dimensões governamentais.

A principal tendência que prevalece na economia capitalista com relação às políticas educacionais é pautada na restrição e na redução de direitos decorrentes da crise fiscal do Estado, os quais foram duramente conquistados no plano formal e submetidos à lógica do reajuste fiscal.

Diretamente, o investimento estatal e o repasse de verbas federais para as instituições diminuem, acarretando na perda de recursos essenciais. Esses recursos são direcionados, por exemplo, para: manutenção dos institutos; contratação e pagamento de funcionários; realização de concursos públicos; desenvolvimento de atividades voltadas para a permanência e êxito estudantil; manutenção do setor da assistência estudantil; manutenção dos restaurantes acadêmicos dentre outros. No contexto, os profissionais e os estudantes saem prejudicados pela falta de verbas destinadas à manutenção das atividades acadêmicas consideradas essenciais.

Outro ponto é que a Assistência Estudantil possui caráter focalizado, destinando ações que visam à segregação de uma população educacional, carente de serviços e benefícios. Muitos são os critérios de seleção dos estudantes em detrimento deste apoio financeiro-pedagógico, retirando a dimensão universal da educação enquanto direito presente na sociedade.

De acordo com Leite (2012), a inserção de políticas focais, fragmentadas e residuais, propaladas nos vários subprojetos do guarda-chuva da Reforma Universitária, em geral sob o vago título “Acesso e Permanência”, na verdade, consubstanciam-se em pequenas esmolas a serem disputadas por muitos (LEITE, 2008, p. 166).

Atualmente, o fenômeno da “Bolsificação” vem sendo gerado pelas fortes tendências a assistencialização do programa no ensino superior, optando por ações ligadas a transferência de renda por intermédio dos auxílios. Os assistentes sociais nestes espaços aparecem como apenas “distribuidores de auxílios”, apagando as diversas funções profissionais estabelecidas pelos institutos.

A tendência à assistencialização das políticas educacionais fica expressa no processo de implementação de programas, projetos e benefícios, desenvolvidos nos diferentes níveis e modalidades de ensino, crescentemente orientados por uma dimensão assistencial do atendimento às demandas estudantis, segmentando e fragmentando as ações para garantia de acesso e permanência desses de forma focalizada e restrita a critérios de elegibilidade similares aos da Política de Assistência Social (MORAES; LIMA, 2011).

Outro destaque é o quase inexistente debate em torno da participação de estudantes nas formas e mecanismos de controle social. Essa falta de participação ativa e comunitária não contribui para a formulação e implementação de programas ou mesmo na administração da gestão de recursos públicos. A ausência quanto à tomada de decisões transforma a comunidade educacional num espaço vazio de propostas, devido à falta de compartilhamento de informações necessárias.

Quanto ao PNAES, apesar da abrangência das áreas definidas pelo plano, o que ocorre é que nem todas as IFES desenvolvem programas ou projetos em todas as suas esferas. Segundo Nascimento (2012), na prática há uma prevalência do chamado tripé da AE: Auxílios financeiros (bolsas), Alimentação e Moradia. A autora afirma que isso é justificável pela redução da concepção de necessidades estudantis a necessidades básicas, entendidas como necessidades de sobrevivência, o que está relacionado com a vinculação da AE à política específica de assistência social.

O fato demonstra a posição errônea da Assistência Estudantil enquanto somente detentora de serviços, que destina os recursos (verbas) apenas para reduzir desigualdades dentro dos espaços educacionais, ofertando os auxílios como instrumentos de amparo financeiro aos discentes.

No caso específico da profissão em debate, o quadro de funcionários presentes na assistência estudantil disposta em vários institutos pelo país também é considerado pequeno, contribuindo para o prolongamento da carga horária dos profissionais, adoecimento físico e mental e o grande número de responsabilidades ou funções. A mesma situação se estende para outros âmbitos da educação, como no setor privado e nos órgãos representativos estudantis.

Algumas ações dos assistentes sociais são confundidas com as funções inerentes a outras profissões, presentes no mesmo setor profissional, a exemplo dos psicólogos, orientadores sociais e assistentes de alunos. Nisto, a destinação de tarefas encontra-se numa espécie de “mistura de atividades”, direcionando ocupações que não competem ao Serviço Social. Em alguns casos, os profissionais da assistência não chegam a ser contratados, ocasionando uma substituição de tarefas por outros setores administrativos. Em consequência, funcionalidades específicas do serviço social, como o acompanhamento social e direcionamento de estudantes a rede socioassistencial, permanece retalhado.

Pelo conjunto de desafios apresentados acima, que vão desde o cumprimento da política educacional e o fazer profissional, em tempos de crise e reformas estruturais, surgem os seguintes questionamentos: Qual o papel do assistente social diante das medidas retrocedentes e qual a importância do Serviço Social para a permanência e desenvolvimento estudantil?

Antes de tudo, o Serviço Social situa-se enquanto profissão com caráter sociopolítico, interventivo e crítico, tendo sua atuação pautada nas diversas expressões da Questão Social, sendo fruto das relações entre capital/trabalho e manifestada no seio da sociedade. Essas expressões se concretizam de diferentes formas, exigindo de uma postura atualizada e abrangente por parte dos profissionais.

Ao mesmo tempo, a profissão está inserida na dinâmica das relações sociais, tornando a atuação uma peculiaridade, frente a tantos contextos divergentes. E quando há uma amplitude de manifestações oriundas do meio social, é importante estar apta a decifração desta realidade.

Junto à compreensão destes ambientes, são gerados alguns processos relacionados ao trabalho, e por consequência, geram uma multiplicidade de possibilidades de atuação. As oportunidades de atuação também são criadas em meio ao entendimento que existem as emergências sociais e um jogo de interesses de classes, que demandam de intervenções e colocação dos profissionais nos espaços de trabalho. Logo, a legitimação destes profissionais se dá por sua capacidade no trato das problemáticas sociais e no atendimento de medidas postas por outras instâncias de poder: no caso o Estado ou Governo.

Em um sistema político-econômico pautado nas relações de poder, exploração e alienação, o Serviço Social emerge como profissão que conduz a liberdade dos indivíduos. Liberdade está entendida nas perspectivas de transformação social, ascensão, empoderamento e independência. A Educação enquanto instrumento prioritário para o desenvolvimento da sociedade carrega os mesmos princípios, contribuindo na humanização dos indivíduos. Por outro lado, a Educação também se configura como aparelho de produção e reprodução de um sistema explorador e formador das desigualdades.

Na situação da realidade escolar, são múltiplos os problemas que interferem no pleno crescimento do sistema educacional, seja de maneira macro ou micro estrutural, percorrendo desde o planejamento de políticas públicas bem como a manutenção dos espaços de ensino.

Podemos assinalar que os profissionais e os estudantes pertencem à classe trabalhadora, demarcada fortemente pelas contradições inerentes ao progresso do Capital. A classe neste sentido apresenta as maiores dificuldades no que se refere ao sistema educacional pelas seguintes características: empasses no acesso, permanência e êxito dos estudantes nas escolas; dificuldades de inserção, expansão e legitimação profissional dos assistentes sociais na área da educação. Ambas sofrem com as tendências que repercutem no desenvolvimento coletivo, na autonomia dos sujeitos e na instituição dos direitos sociais.

Assim, o Serviço Social pode refletir no alcance da formação dos alunos, superando as adversidades individuais ou estruturantes, e colaborando na promoção de uma postura crítica frente à educação alienadora promovida pelo capitalismo. A atuação neste meio ganha duas perspectivas diferentes: atender as dimensões do projeto ético-político da profissão e atender as expectativas do universo educacional.

A defesa difundida na categoria profissional, pela democratização das condições de acesso e permanência tem relação direta com os princípios e valores demarcados no projeto de classe que a profissão preconiza. Em consequência, a tal prática se apresenta como matriz referenciadora para atuação dos assistentes sociais inseridos no campo das políticas educacionais.

A compreensão maior é que as políticas de acesso à educação devem se articular também, às políticas afirmativas e de permanência, garantindo que os segmentos menos favorecidos da sociedade (estudantes em situação de vulnerabilidade) possam concluir sua formação profissional com êxito e qualidade. O fator é decisivo para o pleno exercício da cidadania, independente dos empasses e críticas feitas ao formato de ensino, não podendo perder a perspectiva da universalidade, quando consideramos a assistência estudantil como política pública de direito.

Sobre linhas gerais, no âmbito da luta pela garantia dos direitos, se vislumbra a presença dos profissionais de Serviço Social, que em conjunto com outras ocupações e equipamentos, levam a operacionalização das ações da Assistência Estudantil. Em outras palavras, o referido setor só funciona na sua totalidade na presença da então categoria, trazendo repercussões quanto à condução das atividades e planejamento de ações menos retrocedentes ou conservadoras.

Mediante o agravamento de problemas oriundos a externalidade dos espaços educacionais, a única profissão fundamental e reconhecida para o trato destas demandas e atendimento das necessidades dos estudantes a partir das condições sociais recorrentes, se denomina Serviço Social.

3.3 METODOLOGIA

O presente trabalho foi fundamentado utilizando-se de Pesquisa Bibliográfica através de livros digitais e impressos, artigos, trabalhos acadêmicos, legislações e autores da área social. Utilizaram-se como instrumentos de investigação e coleta de dados, as pesquisas bibliográficas e documentais. Quanto à natureza é do tipo básico e quanto à abordagem, compreendeu-se do tipo qualitativa e explicativa.

A partir da abrangência da temática em estudo: Serviço Social na Educação em Tempos de Retrocesso fez-se necessário buscar em um conjunto de referenciais teóricos, a

compreensão da centralidade do trabalho. Neste sentido, a revisão da literatura surge enquanto instrumento para nortear as teorias que envolvem na busca do objetivo principal deste texto.

Segundo Boccato (2006) a pesquisa bibliográfica busca a resolução de um problema (hipótese) por meio de referenciais teóricos publicados, analisando e discutindo as várias contribuições científicas. O autor ainda destaca que o tipo de pesquisa pode trazer subsídios para o conhecimento sobre o que foi pesquisado. Entretanto, é de suma importância que o pesquisador realize um planejamento sistemático do processo de pesquisa.

O planejamento desta pesquisa seguiu de várias etapas, sobretudo em razão da complexidade do tema ou mesmo pelo debate recente em torno das questões educacionais ligadas a categoria profissional em cheque. O problema central partiu de experiências vividas no estágio supervisionado, situado em uma instituição federal de ensino superior, onde transcorriam os fenômenos descritos ao longo do texto, principalmente relacionados às condições de trabalho e estrutura das políticas de educação.

Após a instigação do referido problema, o próximo passo seguiu na busca dos materiais bibliográficos, divididos em dois estilos diferentes de fontes informacionais: as fontes primárias e fontes secundárias. Na primeira, houve o embasamento em livros, teses universitárias e artigos em revistas científicas. Na segunda fonte, os artigos de revisão bibliográfica e os artigos de divulgação. Matérias e notícias publicadas na internet, bem como legislações presentes no site do Planalto (Governo Federal) também serviram de apoio metodológico para análise dos direcionamentos da monografia.

Por conta do pequeno número de publicações acerca dos âmbitos do serviço social na educação, em consequência da recém-construção que se encontram o tema em debate, a busca por dados incorporou informações de publicações diferentes, não somente relacionadas à profissão.

Neste meio, foram utilizadas dois tipos de base de dados: as referenciais e as textuais. Respectivamente, listam referências bibliográficas de certos assuntos, cujo conteúdo abrange a descrição dos dados dos artigos de periódicos; o segundo inclui todas as informações dadas numa base referencial, dando acesso imediato ao texto completo do artigo.

Moreau compreende que as bases de dados bibliográficas são meios de recuperação de informações capazes de restituir dados em qualquer parte do mundo, contribuindo assim para divulgação de conhecimento científico. Sabendo-se que uma busca realizada de forma eficiente, é o princípio fundamental para que se obtenha um projeto ou uma publicação de sucesso. A cada dia que passa é evidente o aumento de informações adquiridas e produzidas

pela comunidade científica através das estratégias de armazenamento e busca de informações (MOREAU, 2007).

Assim, a busca por informações contemplou uma série de produções construídas anteriormente, do mesmo modo que foram incorporadas discussões que acontecem no presente momento. Juntamente precisou-se de uma maior delimitação e planejamento para o uso das fontes literárias, dividindo a pesquisa em grandes núcleos temáticos.

A fundamentação teórica apresenta-se então, considerando os principais eixos temáticos: História da Educação no Brasil; História do Serviço Social na Educação brasileira; Atribuições, competências e funcionalidades do Serviço Social; Inserção profissional, dificuldades e possibilidades no campo educacional na contemporaneidade. Cabe elencar a distribuição dos autores nas suas respectivas abordagens, seguindo a linha de raciocínio da pesquisa, subdividida em torno dos capítulos.

No primeiro eixo foram considerados os seguintes autores (as): Aranha, Neves, Gonçalves, Souza, Figueira, Ribeiro, Niskier e Saviani. Todos selecionados através do critério de discussões aproximadas a área da Educação, sobretudo na trajetória do sistema de ensino e suas implicações no desenvolvimento da sociedade brasileira.

No segundo eixo foram considerados os principais autores: Iamamoto, Pinheiro, Amaro, Trindade, Netto, Santos e Rossa. Estes por debaterem em especial sobre o Serviço Social enquanto categoria profissional. Documentos e publicações do conjunto CFESS/CRESS e do Governo Federal também serviram de base metodológica e estruturante para a abordagem. Similarmente, foram usados trechos de citações em publicações internacionais, sob autoria de: Ander-Egg, Vinter e Sarri, que trazem produções acerca da profissão em outras dimensões e fora do território brasileiro.

No terceiro eixo, engloba os autores: Lessa, Iamamoto, Santos, Amaro, Gonçalves, Almeida e Moreira, no contexto de surgimento e estabelecimento dos assistentes sociais na área da educação no país. De maneira globalizada, envolvendo discussões do sistema capitalista, reajuste neoliberal, reforma do Estado e políticas públicas, foram incorporadas referências de: Behring, Orso, Neto, Castro, Bittar, Oliveira, Morosini, Castelo, Pereira, Oliva e Bianchi.

Boa parte das contribuições foi reunida a partir da pesquisa relacionada ao plano das legislações, dispostas nas constituições federais e planos nacionais de educação, em especial a Constituição de 1988, o Projeto Ético-político do Serviço Social e o Plano Nacional de Assistência Estudantil.

No quarto e último eixo, muitos das abordagens analisadas no capítulo anterior, se repetiram pela ligação entre os fenômenos estruturantes do sistema capitalista e seus encadeamentos no mundo do trabalho e no sistema de ensino, onde está situada a profissão e o cenário destacado no texto.

Aos autores utilizados: Pereira, Iamamoto, Paz, Montañó, Vasconcelos, Leite, Moraes e Lima. Trazendo argumentações acerca das: perspectivas de retrocesso no atual sistema educacional; da expansão da rede de ensino superior; das dificuldades de inserção de assistentes sociais na educação; e das dificuldades, demandas e possibilidades de atuação nestes espaços.

Quanto à abordagem do trabalho, compreendeu a natureza qualitativa. Conforme descreve Minayo (2010, p. 57), o Método Qualitativo pode ser definido como:

É o que se aplica ao estudo da história, das relações, das representações, das crenças, das percepções e das opiniões, produtos das interpretações que os humanos fazem a respeito de como vivem, constroem seus artefatos e a si mesmos, sentem e pensam. Embora já tenham sido usadas para estudos de aglomerados de grandes dimensões [...], as abordagens qualitativas se conformam melhor a investigações de grupos e segmentos delimitados e focalizados, de histórias sociais sob a ótica dos atores, de relações e para análises de discursos e de documentos. (MINAYO, 2010, p. 57)

Deste modo a pesquisa buscou compreender inicialmente os efeitos da história, sobre os processos constitutivos da educação no país. Neste cenário, a análise das relações sociais se fez presente para observação dos fenômenos e das expressões oriundas da sociedade. Os grupos focalizados como citado na descrição da autora acima, contemplam os trabalhadores de modo geral, os assistentes sociais inscritos nos espaços educacionais e os estudantes. Portanto, a abordagem seguiu na ótica destes três grupos prioritários.

Em outra compreensão, Martinelli (2012) aprofunda este conceito quando explica que, a pesquisa qualitativa é um exercício político porque trabalha com significados de vivências e de experiências, uma vez que não há nenhuma pesquisa qualitativa que se faça à distância de uma opção política.

Como relatado pontualmente no início deste texto, a justificativa em torno do problema de pesquisa partiu das experiências vividas no cotidiano laboral dos assistentes sociais na área da educação. Pela atual conjuntura, onde há um florescimento de concepções conservadoras e retrocedentes que reverberam na atuação profissional, o trabalho carrega um viés político neste sentido, por examinar e criticar o cenário.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao chegarmos ao fim deste trabalho, consideramos que ele apresenta uma tentativa de compreensão da realidade educacional sob uma conjuntura de retrocessos. O campo da Educação e a profissão Serviço Social surgem neste meio como objetos de análise global, exigindo de ambas perspectivas, numa relação intrínseca. Sobretudo a pesquisa absorve as duas esferas, trazendo um debate complexo quanto à importância da categoria profissional no setor das políticas educacionais.

O primeiro passo foi traçar a história do sistema de ensino brasileiro, que percorreu um longo caminho e fora marcado por muitas situações contraditórias e divergentes, mas que ao mesmo tempo avançou e contribuiu para o desenvolvimento do país. Paralelamente, foram descritos gradualmente cada cenário e cada governo que trouxeram medidas para a expansão da rede de educação, ou mesmo na criação de legislações e políticas públicas que dessem suporte ao setor prioritário da sociedade.

Ao realizar o estudo de análise conjuntural, podemos compreender que o Serviço Social emergiu na esfera educacional, desde os primórdios da profissão no território brasileiro, estando diretamente ligadas as ações iniciais de formação teórico-prática e institucional. Já naquela época, havia uma requisição por parte do Estado no trato das problemáticas sociais emergentes nas escolas.

Com o passar dos anos, a incorporação de assistentes sociais foram se concretizando. Inicialmente as atividades estavam ligadas as perspectivas de controle e ajuste dos indivíduos, para mais tarde se caracterizar enquanto componente de transformação social dos cidadãos. A transição ocorre a partir das mudanças dentro da própria categoria, bem como as novas requisições demandadas pelas instâncias de poder. Um ponto crucial foi à promulgação da Constituição de 1988, direcionando e alterando a gestão em torno da rede educacional.

Em direção à década de 1990, essa expansão tem um grande crescimento ocasionado também pela abertura do debate acerca da instituição profissional no setor da educação. No mesmo contexto, os processos de contrarreforma, reestruturação, crises cíclicas e reajuste neoliberal trazem outras singularidades para as dimensões políticas, econômicas, sociais e culturais.

Na transformação deste cenário, a Assistência Social no geral começou a sofrer com o impacto das recentes tendências postas. Medidas de cunho focalizantes e sem expectativas de crescimento humanístico-social reverberaram no tratar das expressões da Questão Social.

Houve também a alocação de recursos financeiros e reformas estruturantes para a manutenção do sistema do capital, que diminuiram o papel das políticas sociais já conquistadas.

O contexto melhora em direção a década seguinte, mas precisamente nos anos 2000, quando ocorre uma progressão de governos sócio liberais, que apesar de se situarem na esfera do Neoliberalismo, carregando de preceitos excludentes e retrocedentes, foram importantes para o *boom* do sistema educacional.

Nos governos de Lula e de Dilma, a Educação ganha um conjunto de aparatos como as legislações, os planos e programas referentes à execução, planejamento, distribuição de recursos, descentralização institucional, formação profissional, cotas, expansão da rede pública federal dentre outros quesitos.

Na expansão da rede pública de ensino, são abertos novos espaços para inclusão dos serviços sociais na atmosfera escolar, institucionalizando-se oficialmente a partir da implantação do PNAES, e da consequente Assistência Estudantil.

Hoje, a referida assistência contribui para a manutenção dos estudantes em situação de vulnerabilidade social, ofertando mecanismos e instrumentos para a permanência estudantil, já que estes se encontram suscetíveis aos problemas oriundos da externalidade dos espaços educacionais.

Os assistentes sociais surgem neste âmbito para promover a cidadania, desenvolver projetos institucionais, dar voz aos movimentos estudantis, realizar reuniões, distribuir recursos para alocação das bolsas (auxílios), prestar apoio aos familiares dos alunos dentre outras funções.

Infelizmente devido a um conjunto de fatores, o trabalho na área da Educação encontra-se abalado pelas mudanças mais recentes, atrapalhando na plena execução das tarefas inerentes aos profissionais competentes e principalmente restringindo aos direitos dos estudantes.

Essas tendências cresceram ainda mais a partir do ano de 2017, na reinstalação de governos conservadores. Como a profissão está inscrita na divisão social e técnica do trabalho, o assistente social também sofre das mesmas mazelas que qualquer outro trabalhador sofre. Por outro lado, os recortes financeiros na assistência estudantil e os desmontes da própria política acarretaram em vários desafios para a gestão escolar, profissionais e alunos.

Dado a centralidade deste texto, a contribuição da pesquisa neste contexto serve para trazer reflexões quanto ao enfrentamento dos desafios profissionais, em prol da efetivação e consolidação dos assistentes sociais na rede de educação, e do papel destes diante do cenário

não favorável. Verifica-se também que a ligação entre a Política de Assistência Estudantil e a instituição do Serviço Social na Educação é extremamente necessário.

De acordo com a análise efetivada, confirmou-se que a defesa da inserção do Serviço Social na área educacional, enquanto meio para a democratização do acesso e permanência dos estudantes, reafirma a funcionalidade da profissão em diferentes aspectos. Em suma, o fator está ligado diretamente pela forma que a ocupação lhe dar no enfrentamento dos problemas sociais, se diferenciado de outras profissões e legitimando seu lugar na educação.

REFERÊNCIAS

AMARO, Sarita Teresinha Alves. **Serviço Social na escola: o encontro da realidade com a educação**. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 1997.

AMARO, Sarita. **Serviço Social na educação: bases para o trabalho profissional**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2011.

ANDER-EGG, Ezequiel. **El trabajo social como acción liberadora**. Cuadernos de Trabajo Social, Buenos Aires, n. 9, 1974.

ARANHA, M. L. A. **História da Educação**. 2. Ed. São Paulo: Moderna, 2005.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivonete. **Política Social: fundamentos e história**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2008. (Biblioteca básica de serviço social; v. 2)

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 05 de outubro de 1988. São Paulo: Saraiva, 2000.

BRASIL, **Secretaria de Educação Básica. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa: Ludicidade na sala de aula:ano 01**. Brasília, MEC, SEB, 2012.

BRASIL. **Lei N° 13.935/2019**, de 12 de Dezembro de 2019. Diário Oficial da União. Seção 1, Brasília – DF.

BRASIL **Lei nº. 12.796 de 04 de Abril de 2013** – Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências.

BRASIL. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. – LDB

BRASIL. Lei nº. **Lei nº. 8.069/90** de 13 de Julho de 1990. – ECA

CFESS. **Subsídios para a atuação de assistentes sociais na política de educação**. Conselho Federal de Serviço Social. GT de Educação. Brasília, 2012.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL – **parecer jurídico 23/00** de 22 de outubro de 2000.

FACCHINI, Pe. M. R.; NEVES, Frei R. M. G. dos. In: Faculdade de Teologia Nossa Senhora da Assunção (Org.). **História da Evangelização na América Latina**. São Paulo: Paulinas, 1988. Série Teologia em Diálogo, p. 30-41.

FIGUEIRA, D. G. História - **Questões do Enem e de Vestibulares de todo Brasil** - Volume único. 2. ed. São Paulo: Ática. 2005.

GONÇALVES, N. S. **A Companhia de Jesus em Portugal**, Portugal, 25 de agosto de 2008. Disponível em: . Acesso em: 15 de março de 2020.

GUILHERME, Maria Teresa. **Serviço Social escolar**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1945.

IAMAMOTO, Marilda V.; CARVALHO, Raul. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**. Esboço de uma interpretação histórico/metodológica. 10. ed. São Paulo: Cortez/CELATS, 1995.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Serviço Social na Contemporaneidade: Trabalho e Formação Profissional**. São Paulo: Cortez, 2004.

MOREAU, VH. Busca bibliográfica na internet: Uso da base de dados PUBMED no centro nacional de informação, biotecnologia, Instituto nacional de saúde (NCBI,NIH). *Diálogos & Ciência. Revista de Rede de ensino FTC*. Ano V, n. 11, set. 2007.

NETTO, J. P. **Transformações societárias e Serviço Social: notas para uma análise prospectiva da profissão**. Serviço Social & Sociedade, São Paulo, n. 50, p. 87-132, 1996.

NISKIER, A. **Administração Escolar**. Porto Alegre, RS: Tabajara, 1969.

PARÂMETROS PARA ATUAÇÃO DE ASSISTENTES SOCIAIS NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. Brasília: CFESS, 2011. Disponível em: www.cfess.org/arquivos. Acesso em 5 de maio 2020.

PINHEIRO, Maria Esolina. **Serviço Social: infância e juventude desvalidas**. São Paulo: Cortez, Rio de Janeiro, 1985.

RIBEIRO, M. L. S. **História da Educação Brasileira: A Organização Escolar**. 14 ed. São Paulo: Autores associados, 1993.

RIBEIRO, M. L. S. **História da Educação Brasileira: A Organização Escolar**. 18. ed. Campinas: Autores Associados, 2000.

ROSSA, A. **Serviço social na educação. 2011, p. 85**. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Serviço Social). Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo, 2011.

SANTOS, et al. **A inserção do Serviço Social na política de educação na perspectiva do conjunto CFESS/CRESS: elementos históricos e desafios para a categoria profissional.** SER Social, Brasília, v. 14, n. 30, p. 244-258, jan./jun. 2012.

SAVIANI, Demerval. **A Nova Lei Da Educação: Trajetória, Limites E Perspectivas.** Campinas: Atores Associados, 2006.

SOUZA, N. (Org.). **Catolicismo em São Paulo** - 450 anos de presença da Igreja Católica em São Paulo, 1554 a 2004. São Paulo: Paulinas. 2004.

TRINDADE, R. **Desvendando o significado do instrumental técnico-operativo na prática profissional do Serviço Social.** Orientador: Nobuco Kameyama. Rio de Janeiro: UFRJ, 1999. 345p. Tese (Doutorado em Serviço Social).

VINTER, Robert D; SARRI, Rosemary C. **Fallas de Desenvolvimento en la escuela publica: un enfoque de servicio social de grupo.** Revista de Servicio Social, Michigan, n. 2, jun. 1968.